

Relatório de Gestão

2014



RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO FINANCEIRO DE 2014

ENQUADRAMENTO

O Relatório de Gestão e os documentos de Prestação de Contas relativos ao ano financeiro de 2014, refletem a atividade municipal desenvolvida, os recursos humanos e a situação económica e financeira do Município de Pampilhosa da Serra.

Constituindo estes documentos um importante instrumento de apoio à gestão municipal, pretende-se que os mesmos, de uma forma rápida e simples, possam traduzir e visualizar as informações, através de mapas, gráficos e demais indicadores de análise apresentados, aquela que foi a atividade desenvolvida pelo Executivo, no quadro das suas atribuições e competências.

Encontram-se elaborados de acordo com as normas estabelecidas no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro e apresentados conforme estabelece a Resolução do Tribunal de Contas nº 4/2001 – 2ª Secção, que aprovou as Instruções para a organização e documentação das contas das autarquias locais e entidades equiparadas abrangidas pelo POCAL, publicada no Diário da República nº 191 – II Série, de 18 de agosto de 2001.

Os documentos de prestação de contas, sendo fundamentais para o controlo e gestão das autarquias locais, devem traduzir fielmente a execução orçamental, patrimonial e económica dos documentos inicialmente aprovados, designadamente os previsionais, que

consubstanciam os fundamentos para o desenvolvimento da atividade municipal.

Deste modo, nos termos do disposto da alínea j) do nº 1 do artigo 35º, do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, submete-se à aprovação do Executivo os documentos de Prestação de Contas, relativos ao ano financeiro de 2014, de harmonia com o estipulado na alínea i) do nº 1 do artigo 33º, do mesmo Anexo.

Nos termos da alínea do nº 2 do artigo 25º do anexo da referida Lei, os documentos de prestação de Contas, são apreciados e votados pela Assembleia Municipal, devendo ser remetidos ao Tribunal de Contas até 30 de Abril, de acordo com o determinado no nº 4 do artigo 52º da Lei nº 98/97, de 26 de Agosto, na redação introduzida pela Lei nº 20/2015, de 9 de Março.

1. RECURSOS HUMANOS

ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

A organização do Município assenta na existência de duas estruturas fundamentais, a política e a administrativa, que é constituída por todos os trabalhadores do Município, fortemente relacionadas no desenvolvimento da atividade municipal.

Assente em dois órgãos, a Câmara com funções essencialmente executivas e a Assembleia Municipal com funções predominantemente deliberativa e fiscalizadora da atividade desenvolvida.

A Câmara Municipal é constituída por cinco elementos; 1 Presidente e quatro vereadores, a quem compete, definirem a estratégia e políticas municipais, bem como deliberar e decidir sobre os assuntos mais relevantes acerca dos serviços e atividades do município.

O Presidente foi coadjuvado por um vice-presidente, que o substituíria nas suas ausências e impedimentos.

A Assembleia Municipal é composta por 23 elementos, dos quais 15 eleitos directamente, pelo colégio eleitoral e 8 indirectamente, uma vez que assumem aquela função na qualidade de presidentes de juntas de freguesia que constituem o universo municipal.

VISÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAMPILHOSA DA SERRA

Ser reconhecida como uma instituição de referência pelo bom desempenho da gestão pública em todas as atividades desenvolvidas, tanto pela sua eficiência, como pela sua eficácia, na capacidade de dar resposta aos objetivos de desenvolvimento do concelho e às necessidades dos seus munícipes.

VALORES

Para prosseguir esta visão, a Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, pauta a sua atuação pelo seguinte quadro de valores:

Ética - Exigimos de nós próprios e dos outros elevados padrões de conduta, de modo que, todo o tipo de relacionamento seja pautado por honestidade e respeito dentro da instituição. Inculcar a ideia de que não basta "Saber" e "Saber Fazer", é preciso "Saber Ser".

Cultura de Parceria - Os nossos projetos estão abertos a quem queira deles fazer parte, estabelecemos alianças estratégicas a bem do desenvolvimento do concelho.

Transparência - A nossa atuação está patente a todos, não temos nada a esconder, possuímos uma clara conduta organizacional.

Competência e Inovação - Queremos ver reconhecidas todas as nossas capacidades. Acreditamos que é através da inovação que conseguimos chegar lá, mostrando que estamos atentos a tudo o que possa ajudar e simplificar a prestação dos nossos serviços.

Enfoque no Cidadão / Múncipe - Existe um sério empenho na satisfação dos nossos Múncipes e das suas necessidades.

Liderança - Liderar é partilhar o conhecimento e dar o primeiro passo na prossecução dos objetivos, reconhecendo o esforço individual para atingir essa meta. O líder exerce poder e influência, usando a sua capacidade intrínseca para servir, motivar, coordenar e dirigir o grupo.

Equidade - Todas as nossas atuações são tidas com a máxima isenção e justiça.

Humanismo - Potenciamos a diferença como forma de enriquecimento do trabalho em equipa, respeitando o Outro na sua diversidade.

MISSÃO

A Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, tem como missão, regulamentar e gerir, sob sua responsabilidade e no interesse dos cidadãos do concelho, fins de interesse público municipal, nos termos e formas previstas na lei, tendo como objetivo principal das suas atividades, a melhoria das condições de vida, de trabalho e de lazer dos habitantes do concelho.

1.1. Organização dos serviços

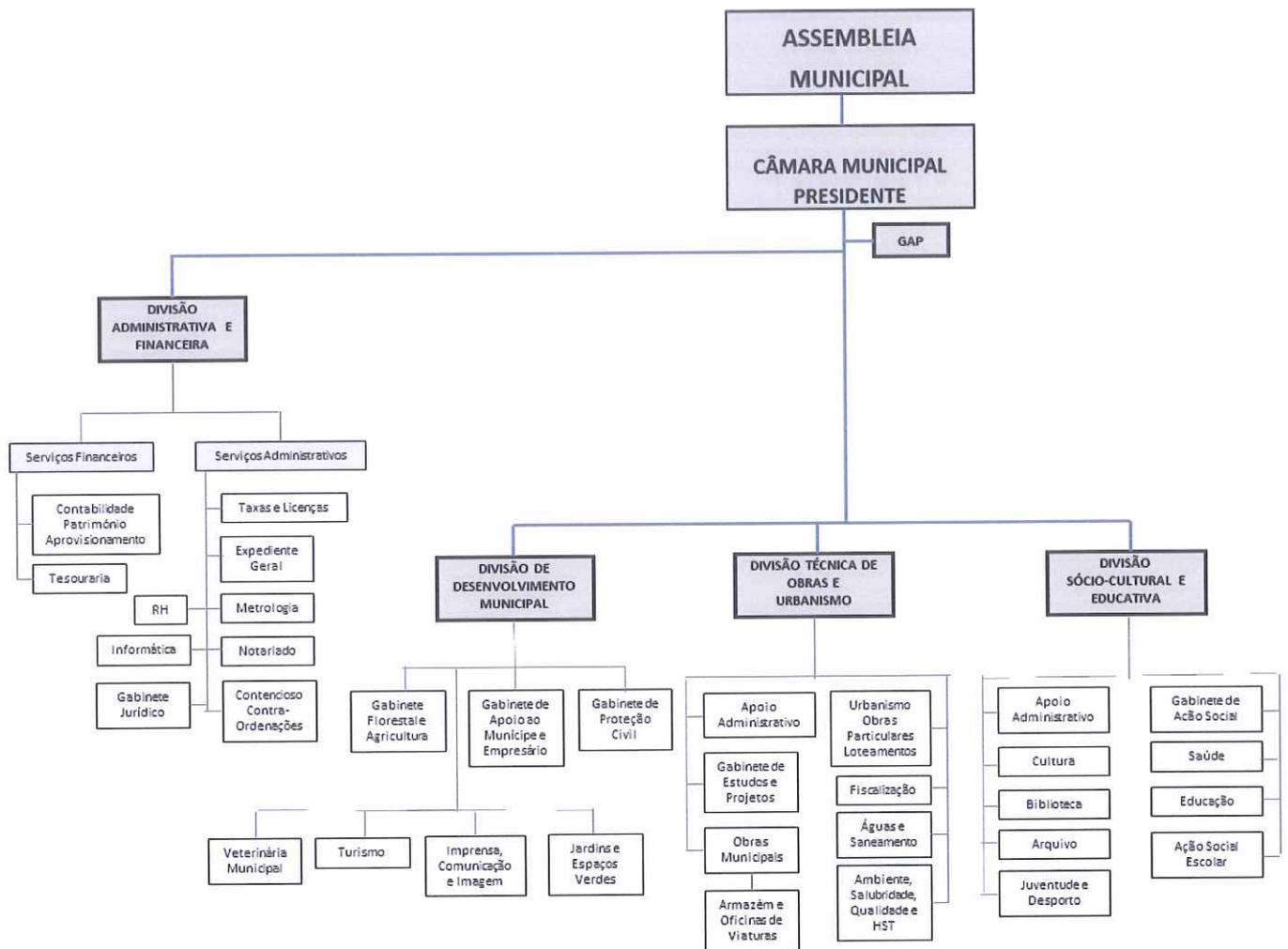
O Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro estabeleceu um novo enquadramento jurídico da organização dos serviços das Autarquias Locais. De acordo com o diploma atrás mencionado a organização, a estrutura e o funcionamento dos serviços da administração autárquica devem orientar-se pelos princípios da unidade e eficácia da ação, da aproximação dos serviços aos cidadãos, da desburocratização, da racionalização de meios e da eficiência na afetação de recursos públicos, da melhoria quantitativa e qualitativa do serviço prestado e da garantia de participação dos cidadãos, bem como pelos demais princípios constitucionais

Durante o ano de 2012, foi publicada a Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, a qual entrou em vigor a 30 de agosto. A citada lei procede à adaptação à Administração Local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, que aprova o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração, Regional e Local do Estado.

De acordo com o n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, a Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra teve de aprovar a adequação da sua estrutura orgânica, nos termos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, às regras e critérios previstos na presente lei, até 31 de dezembro de 2012.

Assim, foi publicado na 2ª Série do Diário da República de 6 de Janeiro de 2013, a reestruturação dos serviços, de modo a potenciar todo o investimento realizado, através da rentabilização, tornando-se assim possível, diminuir custos de conservação de espaços e custos associados aos recursos humanos e materiais necessários para o correcto funcionamento de todas as infraestruturas.

ORGANOGRAMA



2.2. SIADAP

A Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, adaptada às Autarquias Locais, pelo Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro, institui o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública (SIADAP), às Autarquias Locais, a partir do ano de 2010. Este sistema, avalia os dirigentes e demais trabalhadores, aplicando-se ao desempenho dos serviços públicos, numa conceção integrada dos sistemas de gestão e avaliação, permitindo alinhar, de uma forma coerente, os desempenhos dos serviços e dos que neles trabalham, com a Missão e os objetivos estratégicos da instituição.

O sistema integra três componentes:

- O Subsistema de Avaliação do Desempenho dos Serviços (SIADAP 1);
- O Subsistema de Avaliação do Desempenho dos Dirigentes (SIADAP 2);
- O Subsistema de Avaliação do Desempenho dos Trabalhadores (SIADAP 3).

O SIADAP tem uma vocação de aplicação universal à administração estadual, regional e autárquica, prevendo no entanto mecanismos de flexibilidade e adaptação muito amplos de modo a enquadrar as especificidades das várias administrações, dos serviços públicos, das carreiras e das áreas funcionais do seu pessoal e das exigências de gestão.

O sistema assenta numa conceção de gestão dos serviços públicos centrada em objetivos. Neste sentido, na avaliação dos serviços, dos dirigentes e demais trabalhadores assumem um papel central os resultados obtidos em relação aos objetivos previamente fixados. Os resultados devem ser medidos mediante indicadores previamente fixados que permitam, entre

outros, a transparência e imparcialidade e a prevenção da discricionariedade.

A entrada em vigor da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Orçamento de Estado para 2013), introduziu alterações à Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro (SIADAP).

As principais novidades são:

- O SIADAP 3 passa a ser bienal;
- O SIADAP 2 passa a ter a duração da comissão de serviço;
- O SIADAP 1 continua a ter carácter anual;
- Deixa de se prever o mérito dos serviços;
- Retira-se, em geral, os períodos sabáticos, os prémios de gestão e de desempenho e os dias de férias como efeito do desempenho relevante e excelente;
- A autoavaliação passa a ser facultativa;
- O Prazo para a homologação passa para 30 de Abril;

CICLO DE AVALIAÇÃO DE 2013 e 2014

Os Ciclos de Avaliação devem iniciar-se com a definição de objetivos estratégicos por forma a orientar e a alinhar a definição de objetivos das Divisões Municipais e dos serviços não integrados em Divisões Municipais, aos objetivos estratégicos estabelecidos pela Câmara Municipal para um determinado período.

Por despacho do Sr. Presidente da Câmara, foram fixados os seguintes objetivos estratégicos, para o biénio 2013/2014:

1. REFORÇAR A QUALIDADE. A EFICIÊNCIA E EFICÁCIA EM TODOS OS SERVIÇOS MUNICIPAIS, tornando-os mais céleres, ágeis, simples, adequados, disponíveis e acessíveis:

- Diminuindo os prazos de resposta;
- Aumentando a taxa de execução das atividades planeadas;
- Agilizando e simplificando processos e procedimentos administrativos;
- Melhorando a qualidade de atendimento ao munícipe, aos agentes sociais, económicos e culturais, aferindo níveis de satisfação, valorizando a reclamação como oportunidade de melhoria, visando a proximidade às suas necessidades e desenvolvendo canais de interação alternativos, recorrendo às novas tecnologias;

2. DESENVOLVER A COMUNICAÇÃO INTERNA/INSTITUCIONAL

- Melhorar a comunicação entre os diferentes serviços e níveis hierárquicos;
- Promover a partilha de "experiências" inter-serviços, de modo a identificar fatores críticos de sucesso;
- Fomentar o trabalho em equipa, promovendo a comunicação, a cooperação e articulação entre serviços, dirigentes e trabalhadores.

3. IMPLEMENTAR O SIADAP EM TODOS OS SERVIÇOS MUNICIPAIS

- Assegurar a correta aplicação do sistema de avaliação do desempenho, nas suas vertentes humana e técnica;

- Instituir uma lógica de gestão por objetivos (A gestão por objetivos pode ser descrita como um processo por meio do qual, avaliador e avaliado, identificam, em conjunto, os seus objetivos comuns, definem as suas principais áreas de atividade, em termos de resultados esperados, usam medidas como guias para a ação da unidade orgânica e estabelecem as contribuições para cada um dos seus membros), que garanta a articulação entre a missão da autarquia, os objetivos estratégicos, a missão e os objetivos de cada unidade orgânica e os objetivos individuais dos seus trabalhadores;
- Desenvolver uma cultura de avaliação e responsabilização vincada pela publicitação dos Objetivos, da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra e das suas Unidades Orgânicas, bem como dos Resultados obtidos;
- Definir objetivos, em estreita articulação com o Ciclo de Gestão, assentes em indicadores de medida e instrumentos de monitorização, como um meio de acompanhamento e de desenvolvimento dos desempenhos individuais e organizacionais;
- Desenvolver a prática de uma liderança pró-ativa, mobilizadora e esclarecedora do contributo das ações individuais para os objetivos coletivos;
- Promover o compromisso de toda a organização com esta nova cultura de cooperação, responsabilização, mérito e excelência, apostando na sua qualificação.

4. OTIMIZAR OS RECURSOS EXISTENTES, designadamente Financeiros, Humanos, Técnicos e Infraestruturas, no sentido da redução das despesas (Comunicações; Eletricidade; Pessoal; Combustíveis; água para consumos de rega) sem prejuízo dos níveis de qualidade e eficácia pretendidos.

5. IMPLEMENTAR E MONITORIZAR AS POLÍTICAS ESTRATÉGICAS no âmbito do Turismo, do Desenvolvimento Económico e do Ordenamento e Planeamento do Território.

6. IMPLEMENTAR boas práticas de modernização administrativa, promovendo o potencial do conhecimento e da partilha de informação.

7. DESENVOLVER E CONSOLIDAR redes de parcerias, fomentando o envolvimento e a participação dos intervenientes locais, regionais e/ou nacionais em projetos Municipais.

2.3. Recrutamento

O recrutamento de trabalhadores envolve o planeamento e a seleção de pessoas que se relacionam com o ambiente organizacional devido ao convívio com o mercado de trabalho (oferta e procura) e mercado de recursos humanos (indivíduos aptos para o trabalho). Tais mercados são regulados pela lei da oferta e da procura.

Durante o ano de 2014, devido ao controlo do recrutamento de trabalhadores nas administrações regionais e autárquicas, não foram recrutados trabalhadores para o Município.

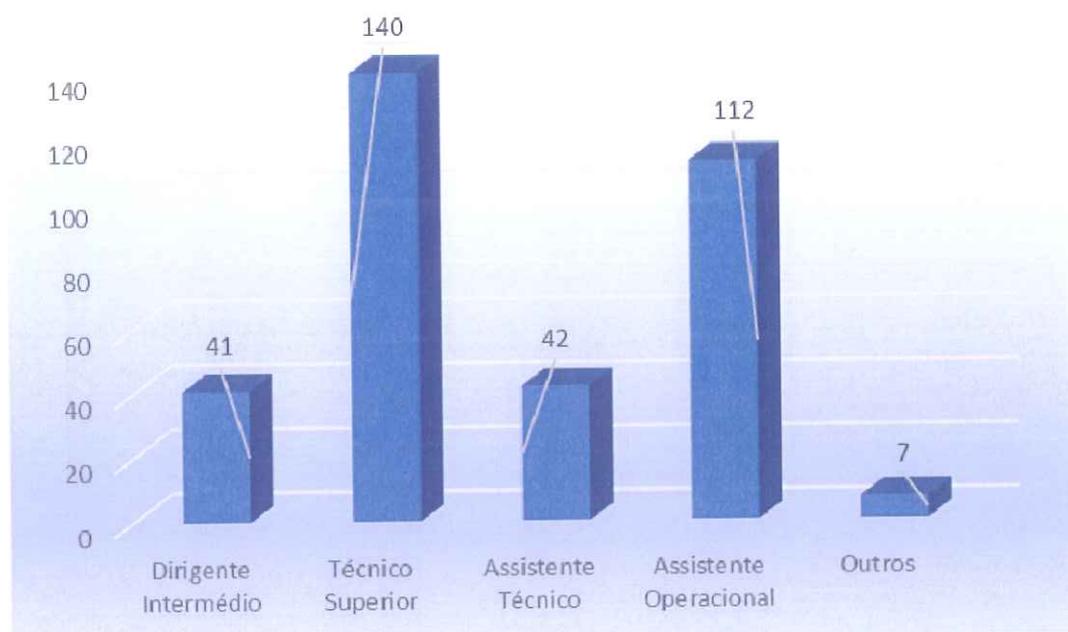
2.4. Formação

O Município de Pampilhosa da Serra, traçou um Plano de Formação para o ano de 2014, tendo em conta os perfis de competências dos seus trabalhadores, com o intuito de os beneficiar, de igual forma, na aquisição de novos conhecimentos profissionais para o bom desempenho das suas funções.

Foram realizadas 6 Ações de Formação, através da CIMPIN. Nestas ações de formação, o Município não teve qualquer encargo financeiro, uma vez que são financiadas em 100% pelo POPH.

Foram ainda realizadas formações, com outras entidades.

Número de Horas despendidas por Carreira/Categoria em Ações de Formação Profissional



Fonte: Recursos Humanos/Ano 2014

Este gráfico, tendo em conta o número de trabalhadores por Carreira/categoria, demonstra o número de horas que usufruíram de formação profissional, no ano de 2014. Verificou-se, uma diminuição do número de ações e horas ministradas.

Motivar os trabalhadores é uma prioridade, que se estabelece, entre, adequar as funções desempenhadas, com as competências de cada um.

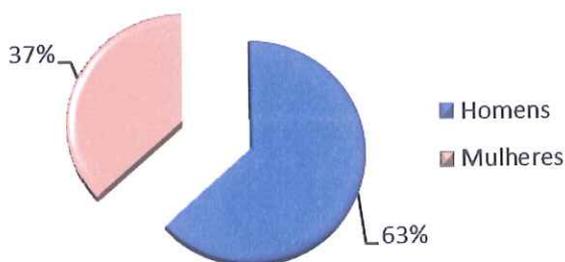
As despesas inerentes à Formação Profissional, durante o ano de 2014, foram de 4294,35 €.

2.5. Caracterização dos Recursos Humanos

CARACTERIZAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2014, o Município de Pampilhosa da Serra tinha 133 trabalhadores no mapa de pessoal, dos quais, 82 eram do sexo masculino e 51 do sexo feminino.

Pessoal do Quadro por sexo



Fonte: Recursos Humanos/Ano 2014



Fonte: Recursos Humanos/Ano 2014

A tabela seguinte mostra a divisão dos trabalhadores por carreira segundo a modalidade de vinculação e género. Destaca-se o conjunto de

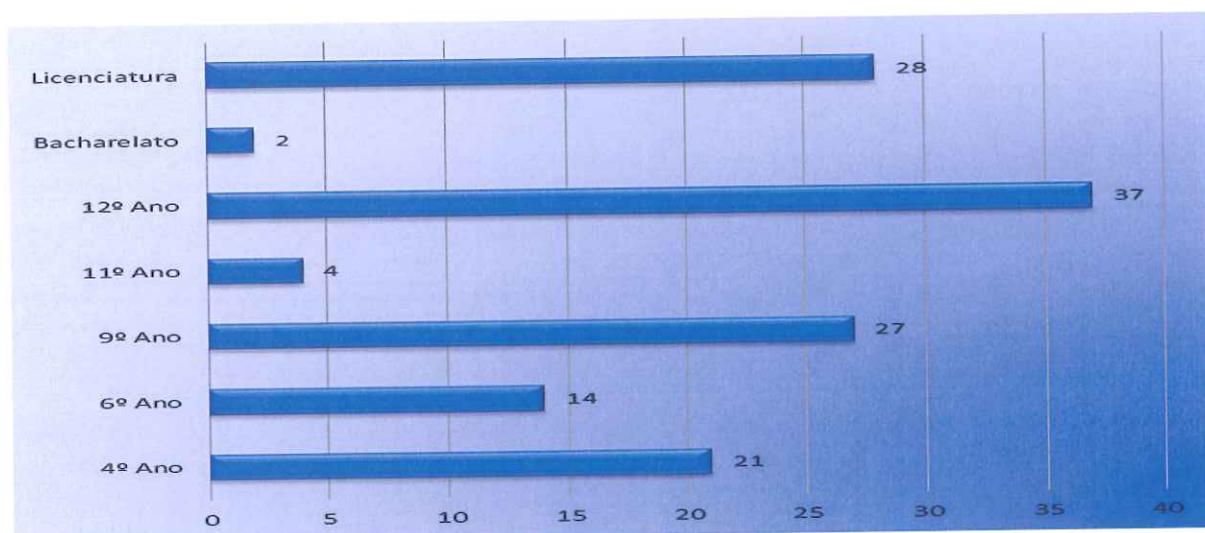
operários que representam o maior grupo de pessoal na autarquia. De referir ainda, que os dois dirigentes são oriundos da carreira de técnico superior.

Trabalhadores por carreira segundo a modalidade de vinculação e género

	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Fiscais Municipais	Total
Comissão de Serviço	2						2
Contrato por tempo indeterminado		26	32	68	3	2	131
Contrato por termo resolutivo certo	-	-	-	-	-	-	-
Total	2	26	32	68	3	2	133

Habilitações Académicas

Nos Grupos de Pessoal de Assistente Operacional situa-se o nível de instrução mais baixo. 21 trabalhadores possuem apenas o 4.º ano de escolaridade, 14 o 6.º ano e 27, o 9.º ano de escolaridade. No que diz respeito aos restantes níveis de escolaridade destacam-se, 37 trabalhadores com o 12º ano e 28 trabalhadores com o grau de Licenciatura.



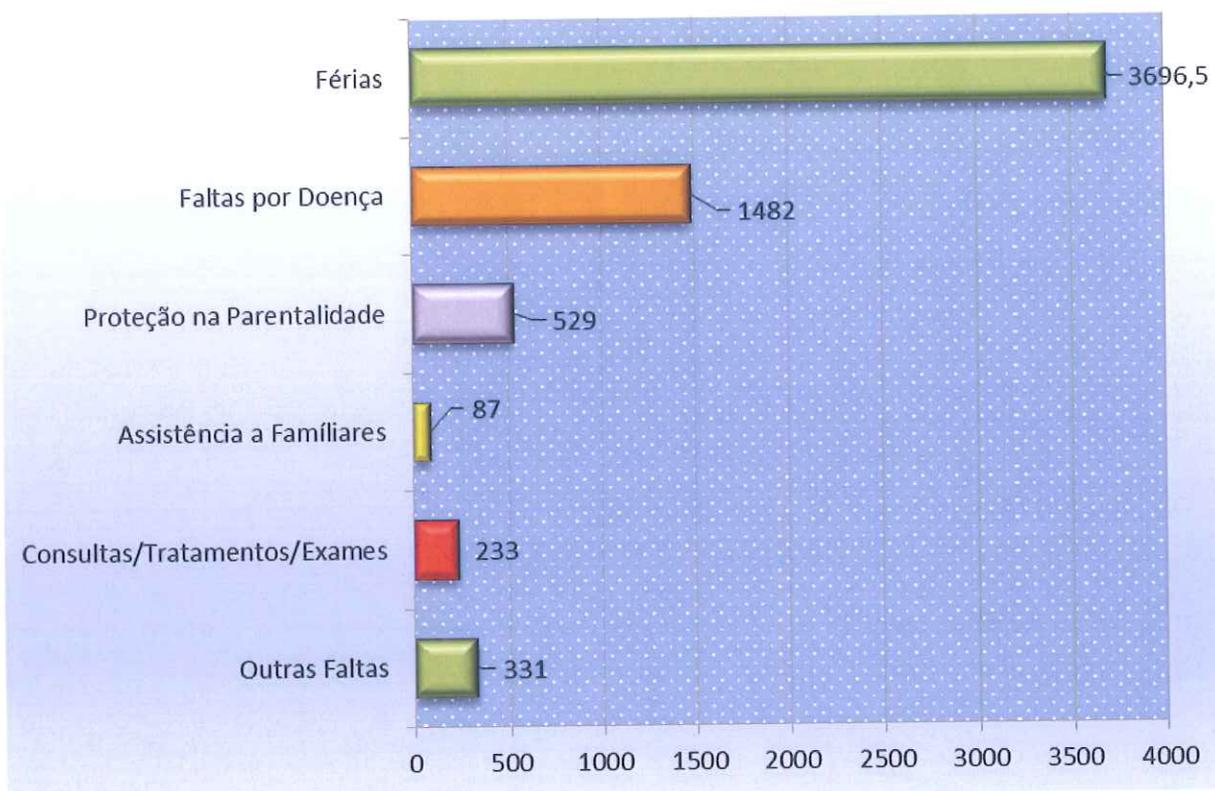
Fonte: Recursos Humanos/Ano 2014

Absentismo

Num total de 6358,5 ausências, durante o ano de 2014, realça-se as ausências por férias, com 3696,50 dias (58,13 %).

A taxa de absentismo é uma relação entre os dias de ausência e o total de dias trabalháveis. Retirando as férias, em termos absolutos, as faltas por parentalidade contribuíram com 19,87 % para o absentismo e as faltas por doença, contribuíram com cerca de 55,67 %. De realçar o aumento significativo das faltas por doença e por consultas.

Absentismo em dias



Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho

Durante o ano de 2014 ocorreram 7 acidentes em serviço, com predominância na Carreira/categoria de Assistente Operacional. Do total de acidentes de trabalho resultaram 195 dias perdidos com baixa.

Relativamente à Medicina no Trabalho, foram efetuadas 100 consultas, tendo sido despendida uma verba de 6.152,04€.



1. ANÁLISE ECONOMICO - FINANCEIRA

INTRODUÇÃO

O Orçamento Municipal é um documento de extrema importância, onde são previstas todas as receitas que a autarquia pretende arrecadar e as despesas que pretende realizar, sendo por isso um documento essencial na gestão diária da autarquia, não deixando contudo de ser um documento previsional. Apesar de ser elaborado com o máximo rigor, tem alguma flexibilidade para fazer face a eventuais realidades que possam surgir. Assim, de acordo com o previsto no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, podem as autarquias efetuar alterações e revisões orçamentais, para fazer face a essas situações.

Analisando os quadros e comparando os valores do orçamento final com os montantes executados da receita e da despesa, obtêm-se as variações a seguir apresentadas, em termos absolutos, mostrando uma taxa de execução da receita e da despesa de **90,88% e 81,23%** respetivamente.

Estes rácios, traduzem assim a capacidade de realização das atividades programadas, dado que a taxa referente às despesas é calculada com base nos valores efetivamente pagos (execução financeira) e da receita a efetivamente cobrada.

No campo das receitas, verifica-se que a sua cobrança registou um desempenho bastante aceitável, quer ao nível das receitas correntes quer de capital, representando uma taxa de execução de **98,07% e 54,65%** respetivamente, cumprindo assim o disposto no Decreto Lei nº 73/2013.

Ao analisar a execução da despesa, constata-se que os recursos financeiros realizados foram afetos **87,75%** a despesas correntes e **65,64%** as despesas de capital

RECEITAS

As receitas totais cobradas ascenderam no valor de **€ 10 110 916,79**, sendo de **€ 9 067 840,22** de receita corrente, **€ 1 027 073,93** de receita de capital.

Como referido, a receita global cobrada referente ao ano de 2014, foi de **€ 10 110 916,79**, correspondente a **90,88%** da receita orçamentada final, tendo resultado um desvio negativo de (-)€ 1 015 203,21, correspondente a **9,12 %**. A decomposição do desvio verificado, permite-nos aquilatar, em que tipo de receitas se verificou e qual a sua magnitude.

A receita corrente orçamentada final foi de **€ 9 246 546,00** tendo-se arrecadado o montante de **€ 9 067 840,22**, ou seja, cobrou-se **98,07%** do que o orçamentado, para este tipo de receita, havendo um desvio negativo de (-) **1,93%**, correspondente a **€ 178 705,78**.

A receita de capital orçamentada final foi de **€ 1 879 524,00**, tendo-se arrecadado o montante de **€ 1 027 073,93**, ou seja **54,65 %** do orçamentado, havendo um desvio de (-) **45,35%**

O desvio verificado deve-se essencialmente ao facto de ainda não terem sido transferidas diversas participações, relativas a obras concluídas, obras em fase de execução e em fase terminal de execução, no âmbito do programa FEDER/QREN, no valor aproximado de **€ 550 000,00**.

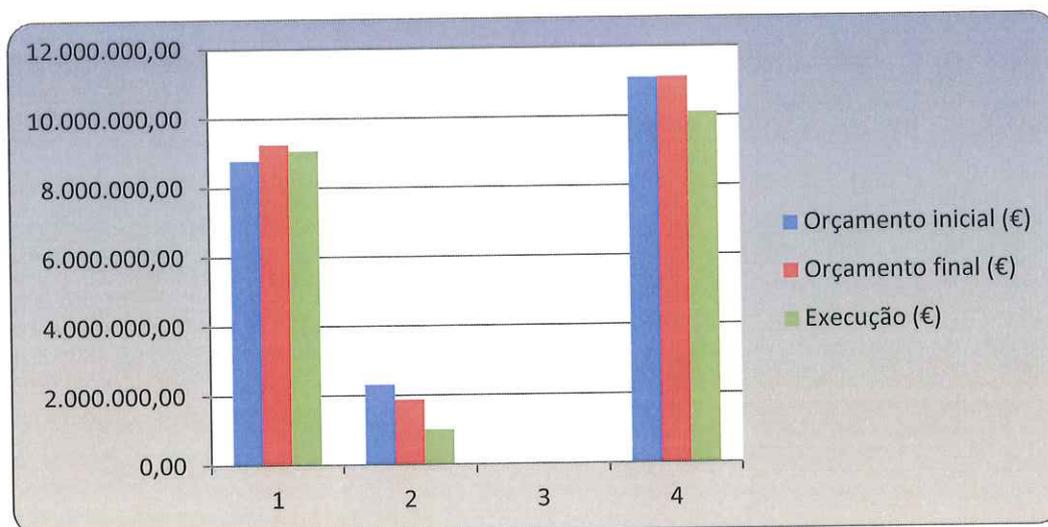
Relativamente a outras candidaturas feitas, cuja decisão já foi tomada, pelos órgãos do POVT (Plano Operacional de Valorização Territorial) o seu valor ascende aproximadamente a **€ 120 000,00** e respeitam às seguintes obras:

- Rede Pública de Distribuição de Água, Drenagem e Tratamento de Esgotos Domésticos de Maria Gomes;
- Variante Vidual;
- Largo Cristo Rei;
- Reabilitação do Museu Municipal;
- Pampilhosa na Era Digital-Fibra Optica;

Acresce ainda que o orçamento previsional contém uma verba nele inscrita, que se destina à reversão de (+-) **€ 80 000,00**, pelo incumprimento de execução de empreitadas.

Nestes termos, face aos mecanismos de alerta precoce, constantes no n.º 3.º, do art.º 56.º, secção III, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o Município de Pampilhosa da Serra registou uma taxa superior a **85%** de execução da receita prevista no Orçamento, que no caso em concreto foi de **90,88%**.

Receita				
Designação	Orçamento inicial (€)	Orçamento final (€)	Execução (€)	Percentagem (%)
Receitas correntes	8.786.365,00	9.246.546,00	9.067.840,22	98,07
Receitas de capital	2.322.960,00	1.879.524,00	1.027.073,93	54,65
Outras receitas	50,00	50,00	16.002,64	32005,28
Total	11.109.375,00	11.126.120,00	10.110.916,79	90,88



RECEITA 2014

Receita				
Receitas	Orçamento inicial (€)	Orçamento final (€)	Execução (€)	Percentagem (%)
Receitas correntes				
Impostos diretos	454.050,00	504.050,00	517.422,20	102,65
Impostos indiretos	9.910,00	9.910,00	12.905,19	130,22
Taxas, multas e outras penalidades	40.020,00	40.020,00	24.926,06	62,28
Rendimentos de propriedade	27.750,00	27.750,00	20.821,78	75,03
Transferências correntes	7.658.135,00	8.068.316,00	7.988.876,80	99,02
Venda de bens e serviços correntes	546.500,00	546.500,00	467.533,62	85,55
Outras receitas correntes	50.000,00	50.000,00	35.354,57	70,71
<i>Total das receitas correntes</i>	8.786.365,00	9.246.546,00	9.067.840,22	98,07
Receitas de capital				
Venda de bens de investimento	45.550,00	45.550,00	33.668,21	73,91
Transferências de capital	1.977.210,00	1.533.774,00	766.629,99	49,98
Ativos financeiros	50,00	50,00	0,00	0,00
Passivos financeiros	50,00	50,00	0,00	0,00
Outras receitas de capital	300.100,00	300.100,00	226.775,73	75,57
Reposições não abatidas nos pagamentos	50,00	50,00	16.002,64	32.005,28
<i>Total das receitas de capital</i>	2.322.960,00	1.879.524,00	1.027.073,93	54,65
TOTAL GERAL	11.109.375,00	11.126.120,00	10.110.916,79	90,88

DESPESAS

A despesa realizada no ano de **2014**, foi de **€ 10 112 686,53** e a paga de **€ 10 041 775,95**, tendo transitado uma dívida **€ 70 910, 60**, conforme Mapa de Controlo Orçamental da Despesa.

O quadro Execução dos Documentos Previsionais do ano de **2014**, apresenta a execução do orçado ao nível do Cabimento, Compromisso, Realizado, Pago e Dívida.

O Cabimento é a cativação de determinada verba, visando a realização de uma despesa.

O Compromisso é a assunção face a terceiros da responsabilidade de realizar determinada despesa.

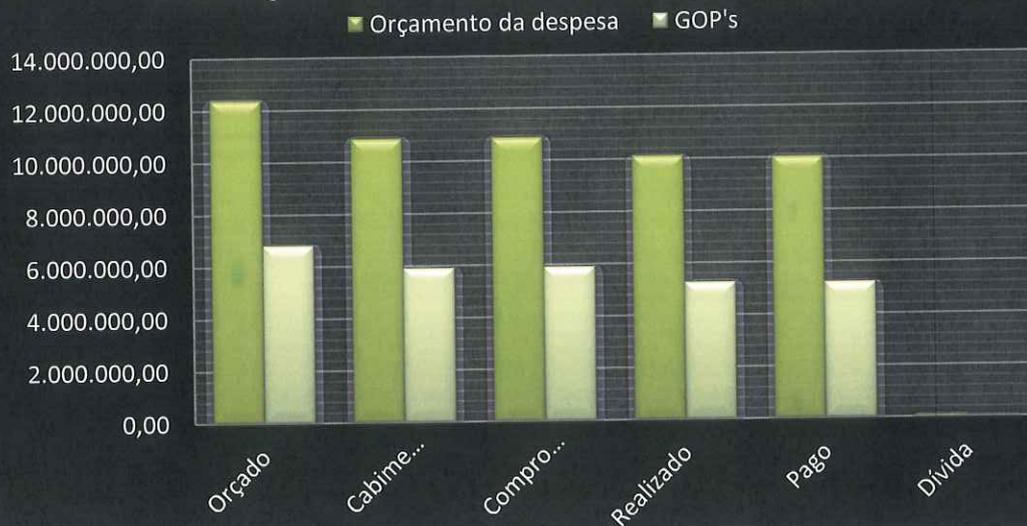
O Realizado é a contabilização dos bens, serviços e ou outras despesas que são devidas a favor de terceiros, suportadas *vulgarmente*, por faturas ou documentos equivalentes.

Da análise ao referido anteriormente, e ao nível do Orçamento da Despesa faz-se a seguinte leitura:

- A diferença entre o realizado e o Pago – “ *dívida orçamental* ” – é em 31 de Dezembro de **2014 de € 70 910,60**.
- A diferença entre os Compromissos e o Pago – são em 31 de Dezembro de **2014 de € 836 895,70**.

Execução dos documentos previsionais						
Designação	Ano de 2014					
	Orçado (€)	Cabimento (€)	Compromisso (€)	Realizado (€)	Pago (€)	Dívida (€)
Orçamento da despesa	12.367.359,41	10.878.471,63	10.878.471,63	10.112.686,53	10.041.775,93	70.910,60
GOP's	6.809.200,00	5.902.642,00	5.902.642,00	5.258.486,32	5.217.754,51	40.431,81

Execução dos documentos previsionais



Execução orçamental

Designação	Ano de 2014					Obs.
	Orçado (€)	Realizado (€)	Pago (€)	Dívida (€)	Percentagem (%)	
Orçamento da despesa	12.367.359,41	10.112.686,53	10.041.775,93	70.910,60	99,30	
GOP's	6.809.200,00	5.258.486,32	5.217.754,51	40.431,81	99,23	

Execução orçamental



Refira-se que o valor de € 836 895,70 entre o Compromisso e o Realizado, não pode ser considerada dívida orçamental, uma vez que os trabalhos ainda não foram efetuados, ou se o foram, ainda não foi emitida a competente fatura ou documento equivalente.

As despesas totais geradas ascenderam a € 10 041 775,19, sendo de despesas correntes € 7 635 753,76, correspondentes a 87,75% e de despesas de capital € 2 406 022,17, correspondentes a 65,64%.

Despesa				
Designação	Orçamento inicial (€)	Orçamento final (€)	Execução (€)	Percentagem (%)
Despesas correntes	6.912.225,00	8.701.709,41	7.635.753,76	87,75
Despesas de capital	4.197.150,00	3.665.650,00	2.406.022,17	65,64
Total	11.109.375,00	12.367.359,41	10.041.775,93	81,20

2014 DESPESA

Despesas	Orçamento inicial (€)	Orçamento final (€)	Execução (€)	Percentagem (%)
Despesas correntes				
Pessoal	2.644.350,00	2.556.050,00	2.467.325,25	96,53
Aquisição de bens e serviços correntes	3.051.000,00	4.446.800,00	3.667.577,51	82,48
Juros e outros encargos	7.500,00	7.500,00	1.422,93	18,97
Transferências correntes	1.090.000,00	1.617.700,00	1.461.955,66	90,37
Subsídios	1.000,00	1.500,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	118.375,00	72.159,41	37.472,41	51,93
Total das despesas correntes	6.912.225,00	8.701.709,41	7.635.753,76	87,75

Despesa de capital				
Aquisição de bens de investimento	3.770.500,00	3.231.500,00	2.050.133,65	63,44
Transferências de capital	196.500,00	197.500,00	132.464,79	67,07
Ativos financeiros	50,00	50,00	0,00	0,00
Passivos financeiros	230.000,00	236.500,00	223.423,73	94,47
Outras despesas de capital	100,00	100,00	0,00	0,00
<i>Total das despesas de capital</i>	4.197.150,00	3.665.650,00	2.406.022,17	65,64
TOTAL GERAL	11.109.375,00	12.367.359,41	10.041.775,93	81,20

Da apreciação aos quadros constata-se o seguinte:

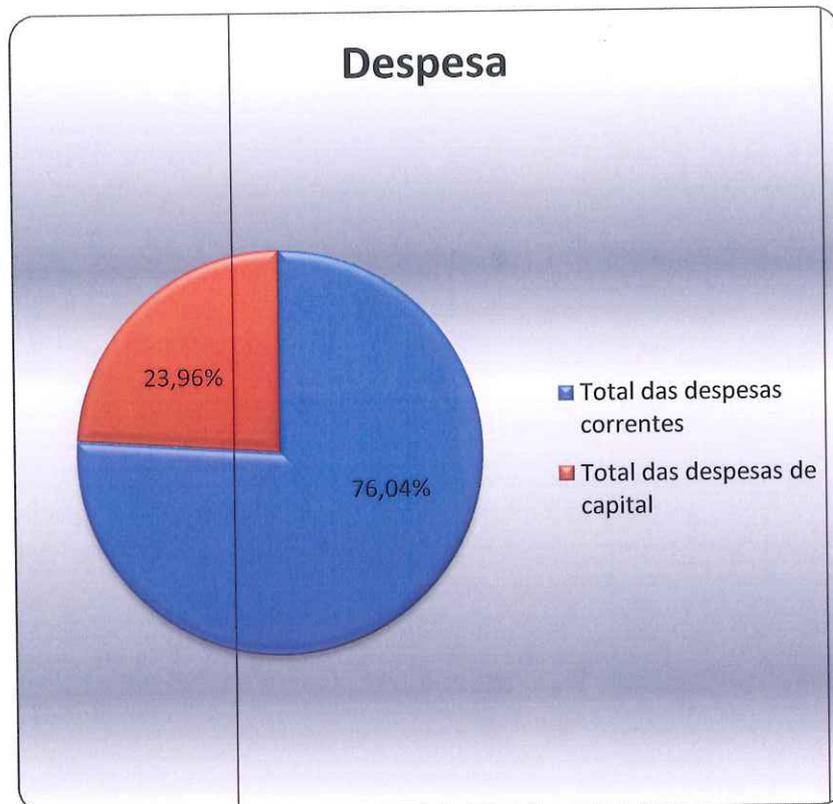
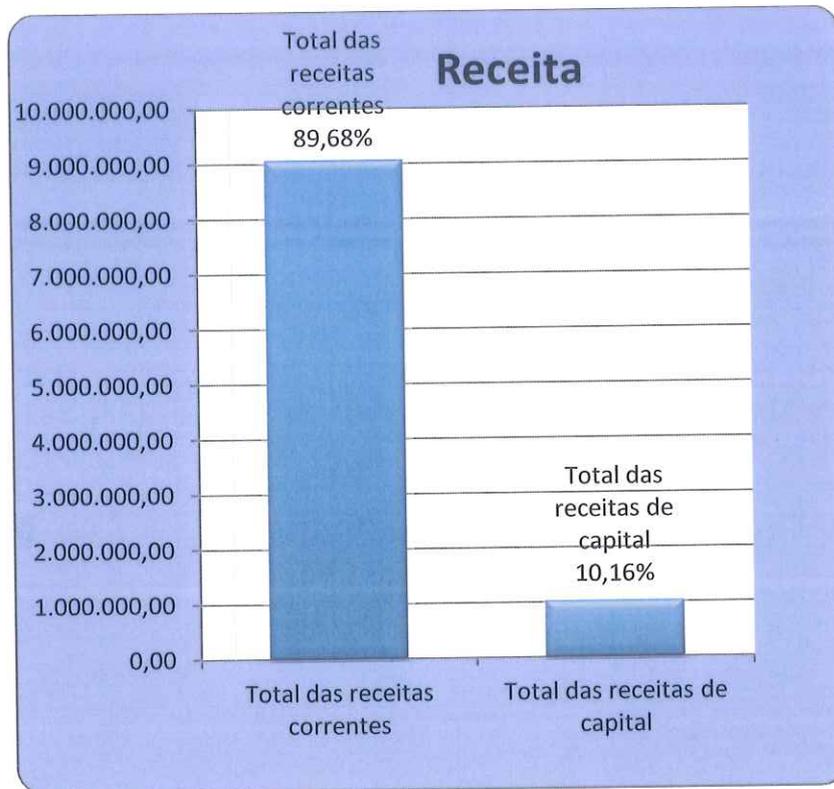
As despesas correntes pagas ascenderam a **€ 7 635 753,76**, o que face à dotação orçamental inscrita, indica um grau de execução de **87,75 %**;

O montante despendido com pessoal, (incluindo as remunerações, abonos e segurança social) representa **24,57%** do total das despesas correntes, e apresenta um grau de execução financeira de **96,53 %**;

O montante das despesas de capital pagas foi de **€ 2 406 022,17**, tendo o nível de execução orçamental ficado aparentemente aquém do valor das despesas correntes, ao apresentar um grau de execução de **65,64%** do valor orçado.

A rubrica aquisição de bens de investimento, que absorve quase a globalidade do montante orçamentado, para as despesas de capital, (**65,64%**) teve uma realização de **63,64%**. Esta discrepância deve-se ao facto de a Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra ter "compromissos" de obras, e algumas estarem a decorrer.

Mapa resumo das receitas e despesas					
Receitas			Despesas		
Receitas	Valor (€)	Percentagem (%)	Despesas	Valor (€)	Percentagem (%)
<i>Total das receitas correntes</i>	9.067.840,22	89,83	<i>Total das despesas correntes</i>	7.635.753,76	76,04
<i>Total das receitas de capital</i>	1.027.073,93	10,17	<i>Total das despesas de capital</i>	2.406.022,17	23,96
Total geral	10.094.914,15	100,00	Total geral	10.041.775,93	100,00



RESUMO DAS RECEITAS E DESPESAS COM SALDOS DE GERÊNCIA					
RECEITAS	VALOR €	%	DESPESAS	VALOR €	%
Saldo inicial de gerência	1.241.239,41	10,93	Saldo final de gerência	1.310.380,27	11,54
RECEITAS CORRENTES			DESPESA CORRENTE		
Impostos diretos	517.422,20	4,56	Pessoal	2.467.325,25	21,73
Impostos indiretos	12.905,19	0,11	Aquisição de bens e serviços correntes	3.667.577,51	32,31
Taxas, multas e outras penalidades	24.926,06	0,22	Juros e Outros encargos	1.422,93	0,01
Rendimentos da propriedade	20.821,78	0,18	Transferências correntes	1.461.955,66	12,88
			Subsídios	37.472,41	0,33
Transferências correntes	7.988.876,80	70,37	Outras despesas correntes	0,00	0,00
Venda de bens e serviços correntes	467.533,62	4,12			0,00
Outras receitas correntes	35.354,57	0,31			0,00
					0,00
Total da Receitas Correntes	9.067.840,22	79,88	Total das Despesas Correntes	7.635.753,76	67,26
RECEITAS DE CAPITAL			DESPESAS DE CAPITAL		
Venda de bens de investimento	33.668,21	0,30	Aquisição de bens de capital	2.050.133,65	18,06
Transferências de capital	766.629,99	6,75	Transferências de capital	132.464,79	1,17
Ativos financeiros	0,00				
Passivos Financeiros	0,00	0,00	Ativos financeiros	0,00	0,00
Outras receitas de capital	226.775,73	2,00			
Reposições não abatidas nos pagamentos	16.002,64	0,14	Passivos financeiros	223.423,73	1,97
					0,00
Total das Receitas de Capital	1.043.076,57	9,19	Total das Despesas de Capital	2.406.022,17	21,19
TOTAL GERAL	11.352.156,20	100,00	TOTAL GERAL	11.352.156,20	100,00

Mapa Resumo das Receitas e Despesas Efetivas

Resumo das receitas e despesas efetivas					
Receitas	Valor (€)	Percentagem (%)	Despesas	Valor (€)	Percentagem (%)
Receitas correntes			Despesas correntes		
Impostos diretos	517.422,20	5,12	Pessoal	2.467.325,25	24,57
Impostos indiretos	12.905,19	0,13	Aquisição de bens e serviços correntes	3.667.577,51	36,52
Taxas, multas e outras penalidades	24.926,06	0,25	Juros e Outros encargos	1.422,93	0,01
Rendimentos da propriedade	20.821,78	0,21	Transferências correntes	1.461.955,66	14,56
Transferências correntes	7.988.876,80	79,01	Outras despesas correntes	37.472,41	0,37
Venda de bens e serviços correntes	467.533,62	4,62			
Outras receitas correntes	35.354,57	0,35			
Total das receitas correntes	9.067.840,22	89,68	Total das despesas correntes	7.635.753,76	76,04
Receitas de capital			Despesas de capital		
Venda de bens de investimento	33.668,21	0,33	Aquisição de bens de capital	2.050.133,65	20,42
Transferências de capital	766.629,99	7,58	Transferências de capital	132.464,79	1,32
Ativos financeiros	0,00	0,00	Ativos financeiros	0,00	0,00
Passivos financeiros	0,00	0,00	Passivos financeiros	223.423,73	2,22
Outras receitas de capital	226.775,73	2,24	Outras despesas de capital	0,00	0,00
Reposições não abatidas nos pagamentos	16.002,64	0,16			
Total das receitas de capital	1.027.073,93	10,16	Total das despesas de capital	2.406.022,17	23,96
TOTAL GERAL	10.110.916,79	100,00	TOTAL GERAL	10.041.775,93	100,00

Mapa Descritivo das Despesas de Investimento

Despesas de investimento			Valor (€)	Total (€)
01.02	0701	INVESTIMENTOS		
01.02	070101	Terrenos	68.105,00	68.105,00
01.02	070102	Habitacões		12.000,00
01.02	07010202	Aquisição	12.000,00	
01.02	070103	Edifícios		313.785,19
01.02	07010301	Instalaçoes de serviçoes	31.183,59	
01.02	07010302	Instalaçoes desportivas e recreativas	112.463,83	
01.02	07010305	Escolas	10.092,15	
01.02	07010307	Outros	160.045,62	
01.02	070104	Construções diversas		1.192.992,25
01.02	07010401	Viadutos, arruamentos e obras complementares	310.542,66	
01.02	07010402	Sistemas de drenagem de águas residuais	20.275,08	
01.02	07010405	Parques e jardins	16.359,98	
01.02	07010406	Instalaçoes desportivas e recreativas	169.875,98	
01.02	07010407	Captação e distribuo de gua	90.392,47	
01.02	07010408	Viação rural	439.803,56	
01.02	07010409	Sinalização e trânsito	6.748,85	
01.02	07010413	Outros	138.993,67	
01.02	070106	Material de transporte		202.067,16
01.02	07010602	Outro	202.067,16	
01.02	070107	Equipamento de informática	42.537,70	42.537,70
01.02	070108	Software de informática	13.213,45	13.213,45
01.02	070109	Equipamento administrativo	7.423,75	7.423,75
01.02	070110	Equipamento básico		198.009,15
01.02	07011002	Outro	198.009,15	
TOTAL DA AQUISIO DE BENS DE INVESTIMENTO				2.050.133,65

Mapa Resumo da Despesa Funcional

	OBJETIVOS	Dotação inicial	Dotação final	Compromisso	Despesa paga	%
1	- FUNÇÕES GERAIS					
1.1.0	- Serviços Gerais da Administração Pública					
1.1.1	- Administração Geral	1.008.000,00	937.000,00	825.420,46	792.109,00	84,54%
1.2.0	- Segurança e Ordem Públicas					
1.2.1	- Protecção Civil e luta Contra Incêndios	151.000,00	166.000,00	150.572,03	150.572,03	90,71%
2.	- FUNÇÕES SOCIAIS					
2.1.0	- Educação					
2.1.1	- Ensino não Superior	148.000,00	117.000,00	89.457,58	86.388,37	73,84%
2.1.2	- Serviços Auxiliares de Ensino	295.000,00	345.000,00	309.013,57	288.612,13	83,66%
2.2.1	- Serviços individuais de Saúde	1.115.000,00	340.500,00	334.898,68	123.207,51	36,18%
2.3.0	- Segurança e Acção Social					
2.3.2	- Acção Social	222.500,00	239.000,00	174.460,09	163.836,69	68,55%
2.4.0	- Habitação e Serviços Colectivos					
2.4.1	- Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
2.4.2	- Ordenamento do Território	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00%
2.4.3	- Saneamento	156.000,00	104.500,00	74.930,53	71.269,55	68,20%
2.4.4	- Abastecimento de Água	387.000,00	409.000,00	308.042,01	305.888,06	74,79%
2.4.5	- Resíduos Sólidos	85.000,00	54.500,00	44.624,01	44.273,62	81,24%
2.4.6	- Protecção Meio Ambiente e Cons. da Natureza	149.000,00	83.000,00	55.574,24	55.574,24	66,98%
2.5.0	- Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos					
2.5.1	- Cultura	265.000,00	475.200,00	438.359,59	427.924,66	90,05%
2.5.2	- Desporto, Recreio e Lazer	710.000,00	534.000,00	500.354,44	437.460,83	81,92%
3	- FUNÇÕES ECONÓMICAS					
3.1.0	- Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	40.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00%
3.2.0	- Indústria e Energia	40.000,00	58.500,00	47.088,66	47.088,66	80,49%
3.3.0	- Transportes e Comunicações					
3.3.1	- Transportes Rodoviários	835.000,00	1.544.000,00	1.298.324,01	1.001.067,10	64,84%
3.3.2	- Transportes Aéreos	55.000,00	11.500,00	23,12	23,12	0,20%
3.4.0	- Comércio e Turismo					
3.4.1	- Mercados e Feiras	10.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00%
3.4.2	- Turismo	321.500,00	285.000,00	218.113,82	195.816,43	68,71%
4	- OUTRAS FUNÇÕES					
4.1.0	- Operações da Dívida Autárquica					
4.2.0	- Transferências entre Administrações					
4.3.0	- Diversa não Especificadas	702.000,00	1.100.500,00	1.033.385,16	1.026.642,51	93,29%
TOTAL	TOTAL	6.696.000,00	6.809.200,00	5.902.642,00	5.217.754,51	76,63%

EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

➤ SERVIÇO DA DÍVIDA

Compreende-se " Serviço da Dívida " como os pagamentos efetuados a título de amortização e juros dos empréstimos junto de instituições financeiras. A contratação de empréstimos, foi a opção para a autarquia poder complementar o recurso a financiamentos na concretização de investimentos. Neste sentido, o crédito bancário constituiu uma alternativa viável, na materialização dos objetivos tidos como prioritários na satisfação das necessidades das populações locais.

De acordo com o estipulado no nº 1 do artigo 49º da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), os municípios podem contrair empréstimos e utilizar aberturas de crédito junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito, bem como a emitir obrigações e celebrar contratos de locação financeira, nos termos da lei.

Em 2014, o Município de Pampilhosa da Serra iniciou a sua gerência com uma dívida de **€ 285 228,18** resultante de diversos empréstimos a médio e longo prazo, contraídos junto da Caixa Geral de Depósitos.

No decorrer da Gerência do ano de 2014, foram pagos juros no montante de **€ 1 422,93** ; amortizações no valor de **€ 223 423,73**. Assim, a dívida em 31-12-2014 era de **€ 61 804,45**.

O Município não recorreu ao crédito a curto prazo durante o ano de 2014.

ESTRUTURA DA DÍVIDA

DÍVIDA EM 01 DE JANEIRO DE 2014	285 228,18 €
AMORTIZAÇÕES (DIMINUIÇÃO DA DÍVIDA)	223 423,73 €
DÍVIDA EM31 DE DEZEMBRO DE 2014	61 804,45 €

Em face do disposto no n.º 2 do art.º 56º da Lei n.º73/2013, (Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais) a situação é demonstrada nos quadros seguintes:

MAPA DEMONSTRATIVO DA DIVIDA TOTAL

Receita corrente líquida cobrada		€	%
(1)	2011	7.195.287,41	
(2)	2012	6.847.524,17	
(3)	2013	8.136.224,15	
(4)= (1)+(2)+(3)		22.179.035,73	
Limite da Dívida total			
(5)= (4) : 3 x 1,5		11.089.517,87	
(a)	Limite da dívida total	11.089.517,87	100%
Dívida:			
(b)	- Financeira	61.804,45	
(c)	- Comercial	70.985,33	
(d)=(b)+(c) sub-total		132.789,78	
(e)=(d):(a) Contributo do Município para o limite da dívida			1,20%
(f)	ANMP-Associação Nacional de Municípios	361,49	
(g)	ADESA- Associação de Desenvolvimento Regional da Serra do Açor	7.146,81	
(h)			
(i)			
(j)			
(l)			
(m)			
(n)			
(o)=(f)+...(n) sub-total		7.508,30	
(p)=(o):(a) Contributo das entidades para o limite da dívida			0,07%
(q)= (d)+(o) Capacidade de endividamento utilizada		140.298,08	1,27%
(r)= (q)-(a) excesso de endividamento		10.949.219,79	-98,73%

PARTICIPAÇÕES DO MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA EM 31-12-2014

ENTIDADES PARTICIPADA		TIPO DE ENTIDADE	% DA PARTICIPAÇÃO	RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	CONTRIBUIÇÃO PARA A DÍVIDA BRUTA DO MUNICÍPIO	OBSERVAÇÕES
DENOMINAÇÃO	N.I.P.C.					
Águas do Centro, SA	505773333	Societária	0,26	(-)-1 362 205,61	0,00	Excluída ao abrigo do disposto na alínea c) do nº 1 do artº 54º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro
ERSUC-Eresíduos Sólidos do Centro, SA	503004405	Societária	0,26	605.006,00	0,00	Excluída ao abrigo do disposto na alínea c) do nº 1 do artº 54º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro
WRC - Agência de Desenvolvimento Regional, SA	506053628	Societária	0,18	(-)-14 598,64	0,00	Uma vez que o resultado antes de impostos é positivo cumpre assim o disposto na alínea c) do nº 1 do artº 54º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro
AIRC - Associação de Informática da Região Centro	501378669	Não Societária	2,22	773.205,25	0,00	Uma vez que o resultado é positivo cumpre assim o disposto na alínea b) do nº 1 do artº 54º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro
ADESA- Associação de Desenvolvimento Regional da Serra do Açor	503508780	Não Societária	16,66	42.898,00	7.146,81	Contribui para a dívida bruta ao abrigo da alínea b) do nº 1 do artº 54º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro
ANMP-Associação Nacional de Municípios	501627413	Não Societária	0,28	(-) 104 360,73	361,49	Contribui para a dívida bruta ao abrigo da alínea b) do nº 1 do artº 54º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro
CIM RC- Comunidade Intermunicipal da Região Centro	508354617	Não Societária	0,00	46.906,95	0,00	Uma vez que o resultado é positivo cumpre assim o disposto na alínea b) do nº 1 do artº 54º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro
ADXTUR-Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias de Xisto	507925270	Não Societária	0,00	Sem informação à data da elaboração do presente documento	0,00	Excluída ao abrigo do disposto na alínea e) do nº 1 do artº 54º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro
Associação Coimbra Região Digital	506394930	Não Societária	0,00	Sem informação à data da elaboração do presente documento	0,00	Contribui para a dívida bruta ao abrigo da alínea b) do nº 1 do artº 54º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro

MATREZE-Matadouro Regional do Zêzere, SA	501491821	Societária	0,83	Sem informação à data da elaboração do presente documento	0,00	Excluída ao abrigo do disposto na alínea c) do nº 1 do artº 54º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro
Pinhais do Zêzere - Associação para o Desenvolvimento	503854956	Não Societária	0,00	Sem informação à data da elaboração do presente documento	0,00	Excluída ao abrigo do disposto na alínea e) do nº 1 do artº 54º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro
CESAB-Centro de Estudos do Ambiente	502883308	Não Societária	0,00	15.068,37	0,00	Uma vez que o resultado é positivo cumpre assim o disposto na alínea c) do nº 1 do artº 54º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro

No final do exercício do ano de 2014, a capacidade de endividamento líquido da Dívida Total Municipal é de: € 10 949 219,79.

ANÁLISE FINANCEIRA

NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

A Prestação de contas também prevê a parte patrimonial: custos e proveitos, ativos e passivos, são um sistema que tem como principal objetivo o registo de todas as operações da autarquia que originam alterações no seu património.

As demonstrações financeiras do Município da Pampilhosa da Serra, a 31 de Dezembro, foram preparadas, em conformidade com os princípios contabilísticos das disposições do POCAL.

A situação financeira e patrimonial é analisada no âmbito do Balanço e da Demonstração de Resultados, os quais são peças contabilísticas fundamentais, proporcionam uma visão completa sobre a situação económica, financeira e patrimonial do Município, bem como os resultados obtidos pela Autarquia Local, permitindo, desta forma, a comparabilidade da informação relativa à prestação de contas dos vários mapas e anexos em cada ano económico.

- **Demonstração de Resultados**

O quadro seguinte simplifica os resultados alcançados pelo Município de Pampilhosa da Serra, é o quadro contabilístico que mostra a natureza dos múltiplos custos e perdas, proveitos e ganhos, conducentes aos resultados. Avalia como foram aplicados os recursos utilizados e compara os custos e perdas incorridas para obtenção dos proveitos e ganhos. De salientar que os proveitos são classificados em correntes e extraordinários.

Salienta-se a movimentação da conta **74** pelo seu elevado valor – **Transferências e subsídios obtidos**, que se destina a revelar as Transferências provenientes do OE, sob a forma de Transferências Financeiras ao abrigo da Lei das Finanças Locais ou de contratos de cooperação técnica e financeira.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

CONTAS		EXERCÍCIOS			
		2014		2013	
CUSTOS E PERDAS					
61	Custo mercadorias vendidas e das matérias consumidas				
	Mercadorias	161.990,65		155.797,05	
	Matérias	0,00	161.990,65	0,00	155.797,05
62	Fornecimentos e serviços externos	3.515.693,40		3.309.045,93	
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	1.945.977,33		1.976.352,18	
643 a 648	Encargos sociais:	495.120,28	5.956.791,01	455.582,84	5.740.980,95
63	Transf.e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	1.476.915,66	1.476.915,66	1.204.684,28	1.204.684,28
66	Amortizações do exercício	2.698.009,63		2.530.185,48	
67	Provisões do exercício	0,00	2.698.009,63	0,00	2.530.185,48
65	Outros custos e perdas operacionais	0,00	0,00	0,00	0,00
	(A).....		10.293.706,95		9.631.647,76
68	Custos e perdas financeiras	15.851,63	15.851,63	12.327,36	12.327,36
	(C).....		10.309.558,58		9.643.975,12
69	Custos e perdas extraordinários	145.423,14	145.423,14	280.102,95	280.102,95
	(E).....		10.454.981,72		9.924.078,07
88	Resultado líquido do exercício	0,00	-80.809,07	0,00	506.198,62
			10.374.172,65		10.430.276,69
PROVEITOS E GANHOS					
	Vendas e prestações de serviços				
7.111	Vendas de mercadorias	119.007,77		121.895,75	
7112+7113	Vendas de produtos	9.703,43		7.209,75	
712	Prestações de serviços	318.902,12	447.613,32	322.701,32	451.806,82
72	Impostos e taxas	561.840,40		499.417,81	
	Variação de produção	0,00		0,00	
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00		0,00	
73	Proveitos suplementares	0,00		0,00	
74	Transferências e subsídios obtidos	8.400.550,37		8.262.384,61	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	8.962.390,77	0,00	8.761.802,42
	(B).....		9.410.004,09		9.213.609,24
78	Proveitos e ganhos financeiros	41.026,93	41.026,93	41.557,04	41.557,04
	(D).....		9.451.031,02		9.255.166,28
79	Proveitos e ganhos extraordinários	923.141,63	923.141,63	1.175.110,41	1.175.110,41
	(F).....		10.374.172,65		10.430.276,69
RESUMO:					
	Resultados operacionais: (B)-(A)=		-883.702,86		-418.038,52
	Resultados financeiros: (D)-(C)=		25.175,30		29.229,68
	Resultados correntes: (D)-(C)=		-858.527,56		-388.808,84
	Resultado líquido do exercício: (F)-(E)=		-80.809,07		506.198,62

Relativamente à atividade desenvolvida no exercício económico de 2014, o Município encerrou as suas contas com o montante de custos de 10 454 981,72€, e de proveitos o montante de 10 374 172,65€. Desta situação surgiu um Resultado Líquido negativo de **80 809,07€**, que se reflete do seguinte modo:

➤ RESULTADOS OPERACIONAIS

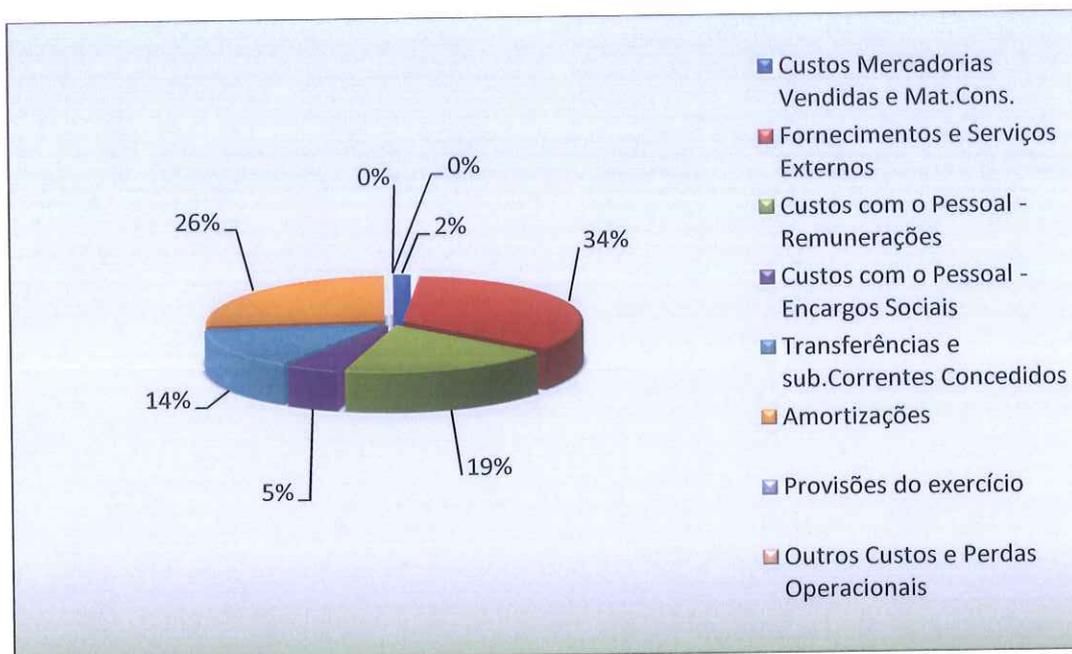
Os Resultados Operacionais apresentam a seguinte composição:

• Custos Operacionais

Custos Operacionais	2014	%	2013	%
Custos Mercadorias Vendidas e Mat.Cons.	161.990,65	1,57%	155.797,05	1,62%
Fornecimentos e Serviços Externos	3.515.693,40	34,15%	3.309.045,93	34,36%
Custos com o Pessoal - Remunerações	1.945.977,33	18,90%	1.976.352,18	20,52%
Custos com o Pessoal - Encargos Sociais	495.120,28	4,81%	455.582,84	4,73%
Transferências e sub.Correntes Concedidos	1.476.915,66	14,35%	1.204.684,28	12,51%
Amortizações	2.698.009,63	26,21%	2.530.185,48	26,27%
Provisões do exercício	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outros Custos e Perdas Operacionais	0,00	0,00%	0,00	0,00%
TOTAL	10.293.706,95	100,00%	9.631.647,76	100,00%

- Custos operacionais – o custo das mercadorias vendidas regista um aumento pouco significativo em relação ao ano anterior – abastecimento de água pela empresa Águas do Centro.
- No que respeita às despesas com o pessoal – remunerações, podemos verificar que o seu valor é inferior ao ano de 2013, passando de 1.976.352,18€ para 1.945.977,33€. Esta diminuição é resultante da aposentação de funcionários.
- Relativamente às despesas com pessoal – Encargos Sociais, tiveram um aumento em relação ao ano transato, passaram de 455.582,84€ para 495.120,28€, resultante dos encargos com a ADSE (Assistência na Doença aos Servidores Cíveis do Estado), despesa que não é controlada pelo Município e também do aumento das taxas contributivas.

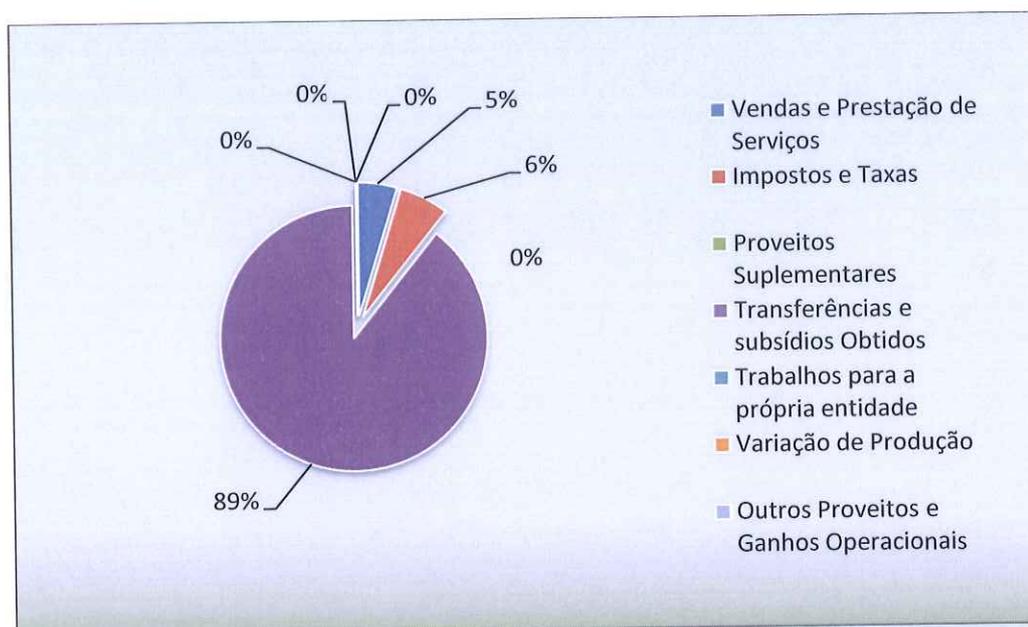
Quanto aos valores refletidos no gráfico seguinte, podemos realçar as rubricas de fornecimentos e serviços externos – conta 62, e custos com o pessoal – conta 64, que no conjunto representam cerca de 58,00% da totalidade dos custos operacionais.



- **Proveitos Operacionais**

Proveitos Operacionais	2014	%	2013	%
Vendas e Prestação de Serviços	447.613,32	4,76%	451.806,82	4,90%
Impostos e Taxas	561.840,40	5,97%	499.417,81	5,42%
Proveitos Suplementares	0	0,00%	0	0,00%
Transferências e subsídios Obtidos	8.400.550,37	89,27%	8.262.384,61	89,68%
Trabalhos para a própria entidade	0	0,00%	0	0,00%
Variação de Produção	0	0,00%	0	0,00%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0	0,00%	0	0,00%
TOTAL	9.410.004,09	100,00%	9.213.609,24	100,00%

- Quanto aos proveitos operacionais, realçamos o aspeto financeiro que resulta da conta 74 – Transferências e subsídios obtidos, provenientes do Orçamento de Estado, Receita dos Parques Eólicos, participações do estado para despesas correntes e protocolos celebrados com o Estado no âmbito da educação e proteção às famílias. Como podemos observar no gráfico seguinte, o resultado da conta 74 representa 89,27% da receita dos proveitos operacionais.
- Podemos ainda verificar no quadro seguinte que o valor das taxas e impostos teve um ligeiro aumento devido à aplicação da Clausula de Salvaguarda, por aplicação dos OE de 2013 e 2014.



ESTRUTURA DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros à data de 31 de Dezembro de 2014, têm a seguinte composição:

Demonstração de resultados financeiros							
Custos e Perdas		Exercícios		Proveitos e Ganhos		Exercícios	
Contas		2014	2013	Contas		2014	2013
681	Juros suportados	1.422,93	2.781,70	781	Juros obtidos	17.045,30	16.786,93
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de imóveis	23.353,94	24.045,69
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Rendimentos de participações de capital	0,00	0,00
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiros	14.428,70	9.545,66	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
	Resultados Financeiros	25.175,30	29.229,68	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	627,69	724,42
		41.026,93	41.557,04			41.026,93	41.557,04

- No quadro acima podemos confrontar os juros suportados com empréstimos e os juros obtidos com os depósitos a prazo, bem como os Rendimentos de Imóveis.
- Relativamente a 2014, verificou-se que os juros obtidos não tiveram alteração significativa devido aos montantes aplicados terem sido idênticos em relação ao ano anterior.

ESTRUTURA DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários à data de 31 de Dezembro de 2014, têm a seguinte composição:

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2014	2013			2014	2013
691	Transferências de capital concedidas	132.464,79	246.293,19	791	Restituições de impostos	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	0,00	0,00	793	Ganhos em existências	0,00	0,00
694	Perdas em imobilizações	2.457,47	502,27	794	Ganhos em imobilizações	31.705,44	-3.017,79
695	Multas e Penalidades	538,25	302,66	795	Benefícios de penalidades contratuais	3.195,52	1.662,41
696	Aumentos de amortizações e de provisões	0,00	0,00	796	Reduções de amortizações e de provisões	0,00	0,00
697	Corr. relat. Exerc. Anteriores (Restituições)	725,71	7.174,58	797	Correções relativas a exercícios anteriores	18.091,53	385.315,98
698	Outros custos e perdas extraordinárias	9.236,92	25.830,25	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	870.149,14	791.149,81
	Resultados extraordinários	777.718,49	895.007,46				
		923.141,63	1.175.110,41			923.141,63	1.175.110,41

Da análise ao quadro observamos o seguinte:

- Quanto às transferências de capital, teve uma diminuição em relação ao ano anterior, mesmo com todos os condicionamentos imposto pelo Estado, é evidenciada a preocupação constante por parte do Município em manter a continuidade no apoio ao associativismo.
- Relativamente a Outros Custos e Perdas Extraordinários verifica-se uma ligeira diminuição.
- Quanto à conta 797, verifica-se uma diminuição significativa relativamente ao ano anterior, devido às correções efetuadas no ano anterior.
- Em relação à conta 798 – outros proveitos e ganhos extraordinários, também se verifica um ligeiro aumento, devido à introdução de proveitos provenientes de obras participadas em anos anteriores.

➤ ANÁLISE DA ESTRUTURA DO BALANÇO

- Enquanto a execução Orçamental reflete a receita e a despesa de determinado exercício económico, este quadro reflete a atividade do Município ao nível patrimonial, ou seja, evidência os seus bens, direitos e obrigações.

CONTAS	BALANÇO – 2014	EXERCÍCIOS			
		2014			2013
		AB	AP	AL	AL
	ACTIVO				
	Imobilizado				
	<i>Bens de domínio público</i>				
451	Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
452	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
453	Outras construções e infra-estruturas	43.962.818,01	14.728.276,73	29.234.541,28	27.181.520,58
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	4.500,00	60,30	4.439,70	4.469,85
459	Outros bens de domínio público	92.066,83	9.206,68	82.860,15	87.463,49
445	Imobilizações em curso	3.780.316,40	0,00	3.780.316,40	7.238.130,96
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
		47.839.701,24	14.737.543,71	33.102.157,53	34.511.584,88
	<i>Imobilizações incorpóreas</i>				
431	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00
433	Propriedade industrial e outros direitos	75.575,32	63.730,42	11.844,90	8.672,51
443	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		75.575,32	63.730,42	11.844,90	8.672,51
	<i>Imobilizações Corpóreas</i>				
421	Terrenos e recursos naturais	748.292,89	19.583,75	728.709,14	660.620,89
422	Edifícios e outras construções	8.145.843,34	1.130.106,97	7.015.736,37	5.848.489,31
423	Equipamento básico	3.504.115,38	2.469.335,01	1.034.780,37	1.059.988,22
424	Equipamento de transporte	3.652.245,24	3.072.903,81	579.341,43	488.922,58
425	Ferramentas e utensílios	2.812,27	1.428,48	1.383,79	1.740,91
426	Equipamento administrativo	417.805,72	346.941,19	70.864,53	72.071,90
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	7.252,76	1.509,98	5.742,78	5.897,78
442	Imobilizações em curso	1.743.127,79	0,00	1.743.127,79	2.275.980,86
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		18.221.495,39	7.041.809,19	11.179.686,20	10.413.712,45
	<i>Investimentos Financeiros</i>				
411	Partes de capital	141.137,42		141.137,42	141.137,42
412	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
414	Investimentos em imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
415	Outras aplicações financeiras	100.000,00	0,00	100.000,00	100.000,00
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
		241.137,42	0,00	241.137,42	241.137,42
	Circulante				
	<i>Existências</i>				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00

34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo				
28	Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00
211	Clientes, c/c	7.146,75	0,00	7.146,75	6.503,42
212	Contribuintes, c/c	471,32	0,00	471,32	471,32
213	Utentes, c/c	3.702,93	0,00	3.702,93	2.919,00
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	0,00	0,00	0,00	0,00
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	37.552,06	0,00	37.552,06	21.018,68
264	Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00
262 + 263 + 267 + 268	Outros devedores	46.070,11	0,00	46.070,11	125.804,87
		94.943,17	0,00	94.943,17	156.717,29
	Títulos negociáveis				
151	Acções	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Depósitos em instituições financeiras e caixa				
12	Depósitos em instituições financeiras	1.517.893,47	0,00	1.517.893,47	1.524.072,74
11	Caixa	855,99	0,00	855,99	1.517,96
		1.518.749,46	0,00	1.518.749,46	1.525.590,70
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	1.007.408,57	0,00	1.007.408,57	1.605,74
272	Custos diferidos	21.083,43	0,00	21.083,43	16.533,08
		1.028.492,00	0,00	1.028.492,00	18.138,82
	Total de amortizações		21.843.083,32		
	Total de Provisões		0,00		
	Total do activo	69.020.094,00	21.843.083,32	47.177.010,68	46.875.554,07

CONTAS	BALANÇO - 2014	EXERCÍCIOS	
		2014	2013
	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO		
	Fundos próprios		
51	<i>Património</i>	12.453.612,94	12.453.612,94
55	<i>Ajustamento de partes de capital em empresas</i>		
56	<i>Reservas de reavaliação</i>		
	Reservas		
571	Reservas legais	767.625,92	767.625,92
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios		
576	Doações		
577	Reservas decorrentes de transferência de activos		
59	<i>Resultado transitados</i>	23.754.724,41	22.581.600,50
88	<i>Resultado líquido do exercício</i>	-80.809,07	506.198,62
		36.895.154,20	36.309.037,98
	Passivo		
292	<i>Provisões para riscos e encargos</i>		
	<i>Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)</i>		
2312	Dívidas a instituições de crédito	61.804,45	285.228,18
		61.804,45	285.228,18
	<i>Dívidas a terceiros - Curto prazo</i>		
2311	Empréstimos de curto prazo		
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores, c/c	39.984,63	1.924,81
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		
252	Credores pela execução do orçamento		
217	Clientes e utentes c/ cauções	2.022,66	2.022,66
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	31.000,70	238,81
24	Estado e outros entes públicos	33.086,45	35.419,95
264	Administração autárquica		
262 + 263 + 267 + 268	Outros credores	205.484,34	248.177,08
		311.578,78	287.783,31
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de custos	366.546,12	0,00
274	Proveitos diferidos	9.541.927,13	9.993.504,60
		9.908.473,25	9.993.504,60
	Total dos fundos próprios e do passivo	47.177.010,68	46.875.554,07

Da análise ao Balanço podemos constatar o seguinte:

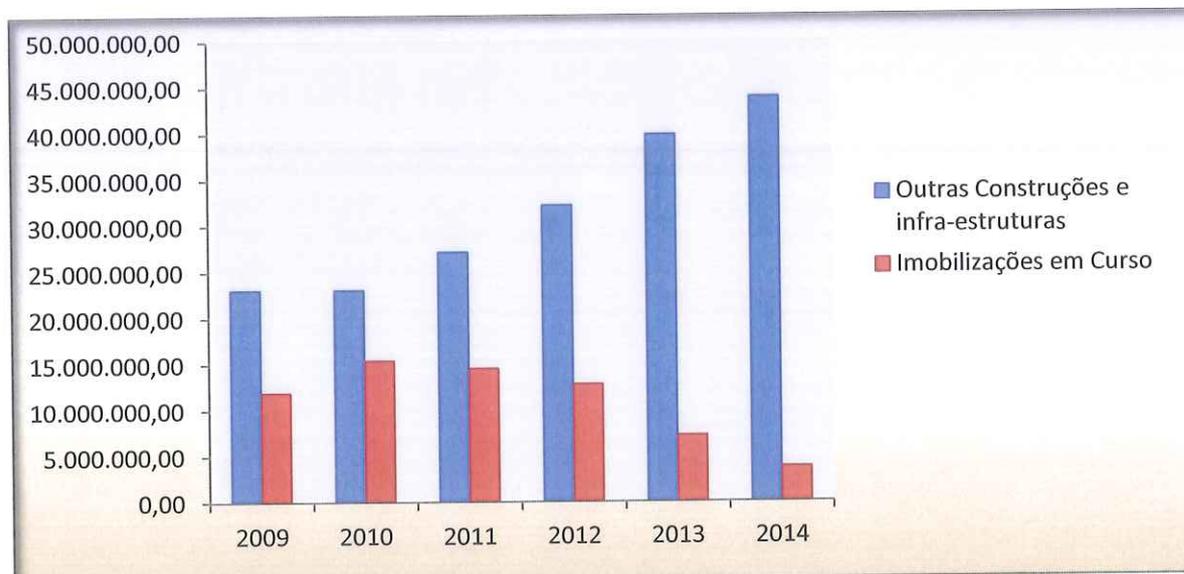
➤ **Ativo**

- O Ativo Líquido no *términus* do ano de 2014 ascendeu a 47.177.010,68€, enquanto no final do ano anterior foi de 46.875.554,07€, o que reflete um acréscimo de 301.456,61€ no património líquido municipal, consequência da inclusão de bens patrimoniais no âmbito do processo de inventariação/ cadastro e fecho de Obras.
- A conta 41.1-Partes do capital, manteve-se igual. Os investimentos financeiros estão valorizados pelo seu valor nominal.
- A conta 41.5 – Outras Aplicações Financeiras, regista o valor de 100.000,00 €, participação na Fundação Dr. José Fernando Nunes Barata.
- A conta 442 - Imobilizações em curso - Imobilizações Corpóreas regista um decréscimo de 532.853,07€, este decréscimo corresponde a um aumento de Património – transferência de imobilizado em curso para o Património, Edifícios e Outras Construções.

O Investimento tem vindo a aumentar de ano para ano, cabe no entanto referir que, conforme o previsto no POCAL (anexo 8.2.14), uma grande parte dos bens, sobretudo do Domínio Público, continuam a aguardar valorização.

- O quadro seguinte mostra-nos as variações nas duas contas de maior movimento no Imobilizado (bens de domínio público) nos últimos cinco anos.

	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Outras Construções e infra-estruturas	23.089.906,97	23.089.906,97	27.189.464,65	32.240.828,16	39.874.932,07	43.962.818,01
Imobilizações em Curso	11.937.405,85	15.411.199,17	14.564.771,40	12.807.820,84	7.238.130,96	3.780.316,40
Total	35.027.312,82	38.501.106,14	41.754.236,05	45.048.649,00	47.113.063,03	47.743.134,41



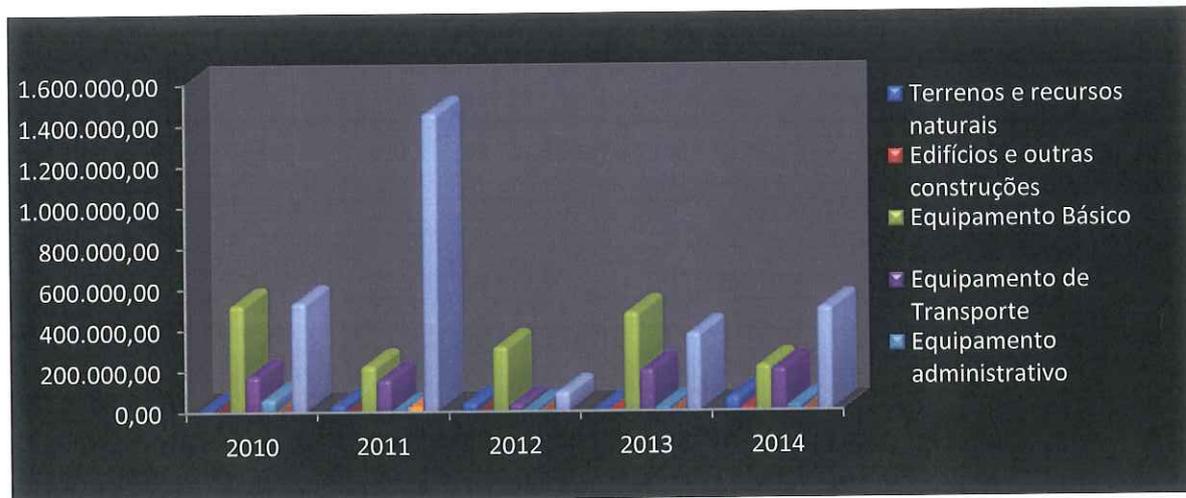
➤ IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

- No quadro seguinte podemos verificar a variação entre as seguintes contas:

- 42.1 - Terrenos
- 42.3 – Equipamento básico;
- 42.4 – Equipamento de transporte;
- 42.6 – Equipamento administrativo;
- 42.9 – Outras imobilizações Corpóreas;
- 44.2 – Imobilizações em curso;

Conta	2010	2011	2012	2013	2014
Terrenos e recursos naturais	6.514,59	31.199,80	42.846,60	7.000,00	68.105,00
Edifícios e outras construções	0	0	0	5.000,00	12.000,00
Equipamento Básico	523.256,01	224.369,41	317.041,62	483.123,99	222.489,38
Equipamento de Transporte	178.063,89	160.611,81	34.467,80	205.139,25	208.227,73
Equipamento administrativo	65.552,64	2.812,27	11.755,39	17.999,09	26.432,64
Outras imobilizações corpóreas	760	23.549,42	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em Curso	535.584,83	1.456.803,77	96.608,17	381.113,57	505.545,63
Total	1.309.731,96	1.899.316,48	502.719,58	1.099.375,90	1.012.300,38

➤ Elabora-se o gráfico referente às Imobilizações Corpóreas:



➤ **Ativo – Dívidas de Terceiros – Curto Prazo**

- As contas 211- “Clientes, c/c”, 212 – “Contribuintes, c/c” e 213 – Utentes, c/c - registam um valor de 11.321,00€, referente à receita virtual - débitos dos Municípes.
- A conta 12 – “Depósitos em Instituições financeiras”, regista um valor de 1.517.893,47€. O saldo desta conta teve uma pequena variação em relação ao ano anterior.

➤ **Passivo – Dívidas a terceiros – Médio e longo prazo**

- A conta 2312 – “Dividas a Instituições de Crédito” - A Dívida a terceiros de médio e longo prazo corresponde aos empréstimos bancários de médio e longo prazo utilizados após contratação e que estão por amortizar ao longo de um período alargado, no montante de **61.804,45€**, representando a totalidade da dívida municipal a terceiros de Médio e longo prazo. Este valor diminui significativamente por força da aplicação do OE (Orçamento de Estado) para o ano de 2014 e **deveu-se sobretudo à contrapartida da receita resultante do aumento do Imposto Municipal sobre Imóveis.**
- A CONTA 221 – Fornecedores, c/c, regista o valor de **39.984,63€**. Deve-se ao facto de ter havido atraso por parte dos fornecedores no envio

atempado da faturação, o que não permitiu aos serviços proceder à sua liquidação em tempo útil. Esta dívida foi paga no início de 2015, e pelo resultado ora evidenciado, é prática do Município pautar o seu cumprimento com os fornecedores, os compromissos assumidos.

- A conta 2611 – Fornecedores de Imobilizado, regista o valor de **31.000,70€**, - este valor foi pago no início do ano de 2015. Salienta-se que os compromissos assumidos com os Fornecedores de Empreitadas, foram todos pagos no ano de 2014.
- As contas 262+263+267+268 – Outros Credores, regista o valor de **205.484,34€**, referente às Garantias e Cauções das empreitadas públicas.

➤ **Acréscimos e diferimentos (Ativo e Passivo)**

Os custos e os proveitos são reconhecidos contabilisticamente à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios registam-se as seguintes situações:

- Custos diferidos, despesas contabilizados no exercício de 2014 e com base na estimativa dos encargos referentes ao exercício de 2015 foram diferidos e serão reconhecidos nesse exercício.
- Conta 274 - Proveitos diferidos, subsídios atribuídos a ativos fixos amortizáveis a fundo perdido e devem ser considerados à medida que ocorrem os correspondentes custos (Amortizações). As participações para bens de Domínio Público foram todas registadas na conta 274, não se refletindo nos proveitos do exercício.
- Acréscimos de proveitos – esta conta serve de contrapartida ao registo dos proveitos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, mas que ainda não geraram receitas, como podemos observar no quadro seguinte:

Conta - Descrição	Descrição	Valor	Observação
2711- Juros a receber	Juros	1.984,30	Juros creditados em 2015
2712- Eólicas	Acréscimos	393.526,54	Receitas creditadas pelas respetivas Entidades em 2015
2719- Outros acréscimos de proveitos	Receita EDP	77.094,85	
2719- Outros acréscimos de proveitos	Renda	4.143,54	
2713- Águas	Águas	32.377,46	Faturação de água emitida em janeiro de 2015, referente a dezembro de 2014
2719- Outros acréscimos de proveitos	IMI	444.611,16	IMI 2014-2015. Estimativa em 31/12/2014
2719- Outros acréscimos de proveitos	IUC	4.498,00	IUC pago pela AT em 2015, referente a Dezembro de 2014
2719- Outros acréscimos de proveitos	AFGT Florestal	16.820,72	Fundo Florestal Permanente: Ano 2014 ICNF IP.
2719- Outros acréscimos de proveitos	Sub.Inf.Sénior	10.000,00	Prémio inclusão digital
2714- Transportes	Transport.ARS	11.440,00	ARS: transporte de doentes de julho a dezembro 2014.
2714- Transportes	Transport.ARS	3.696,00	
2714- Transportes	Acréscimos de prov.	7.216,00	

1.007.408,57

- Acréscimos de custos – esta conta serve de contrapartida aos custos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer em exercícios posteriores, conforme podemos observar no quadro seguinte.

Acréscimos Custos 2014 -2015:

Conta - Descrição	Descrição	Valor	Observação
2732- Remunerações a liquidar	Salários	291.068,24	Estimativa de Férias
2734- Electricidade	Electricidade	20.627,96	Consumo de electricidade essencialmente relativo à iluminação de ruas de 12.12.2014 a 31.12.2014
2735- Comunicações	Comunicações	9.527,46	Serviços de comunicação - do último quadrimestre de 2014 da operadora NOS e envio de correio em dezembro de 2014
2739- Outros acréscimos de custos	Acréscimos de custos	11.440,00	Valores a receber da ARS e a restituir aos Bombeiros, pelo período entre julho de 2014 e dezembro de 2014.
2739- Outros acréscimos de custos	Acrescimos de custos	7.216,00	
2739- Outros acréscimos de custos	Acrescimos de custos	3.696,00	
2739- Outros acréscimos de custos	Enc. de cobrança	11.150,08	Estimativa para encargos de cobrança do IMI do ano 2014
2739- Outros acréscimos de custos	Águas	11.820,38	Compra de água referente aos consumos de dezembro de 2014.

366.546,12

- *Para cumprimento do princípio da especialização dos exercícios previsto no POCAL, o Município contabilizou diversas receitas recebidas e despesas pagas em 2014 imputáveis ao ano anterior na rubrica de Resultados transitados, o que originou um resultado líquido positivo naquela rubrica de 666.925,29 euros.*

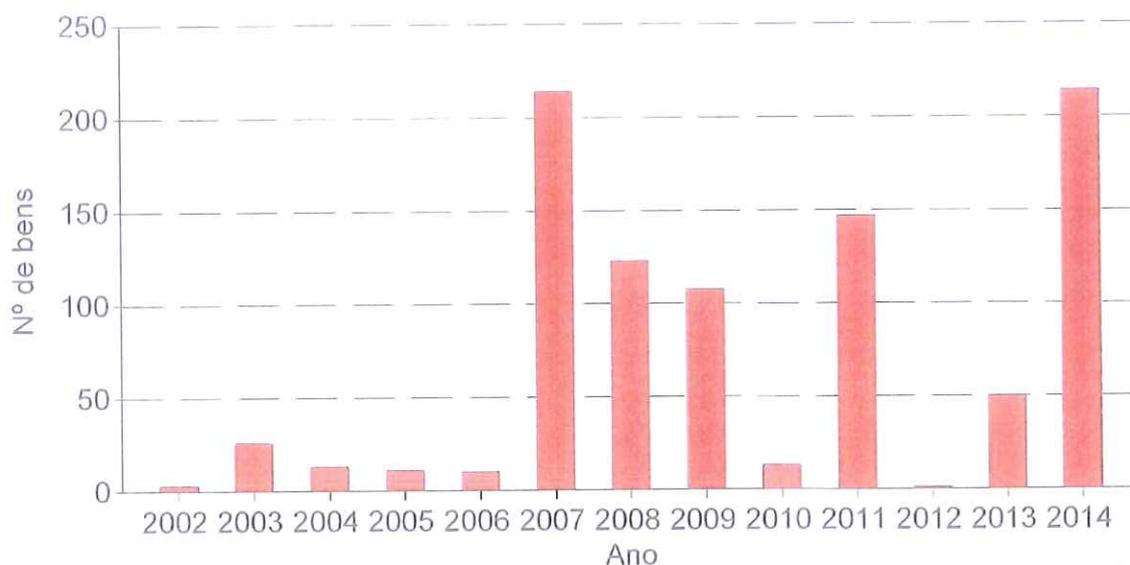
➤ Critérios Valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição.
 - As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, com base nas taxas máximas de amortização fiscalmente aceites decorrentes das tabelas da Portaria número 671/2000, de 17 de Abril.
- No decurso do exercício de 2014, como se pode verificar no quadro seguinte, os abates aos bens corpóreos aumentaram relativamente ao ano anterior. Esta situação, deve-se ao facto de o Município ter efetuado remodelação do seu equipamento.

Abates por ano

Nº de bens abatidos por anos



- Relativamente ao seguinte quadro – Amortizações e Provisões e tendo subjacente que a aplicação informática do património, calcula as amortizações, tendo por base a data da aquisição, por ano civil, pode-se observar as amortizações por tipo de conta e que não foi constituída qualquer provisão para créditos de cobrança duvidosa, por se considerar que todos os créditos são recuperáveis.

Amortizações e Provisões

Ano 2014

Unidade: Euros

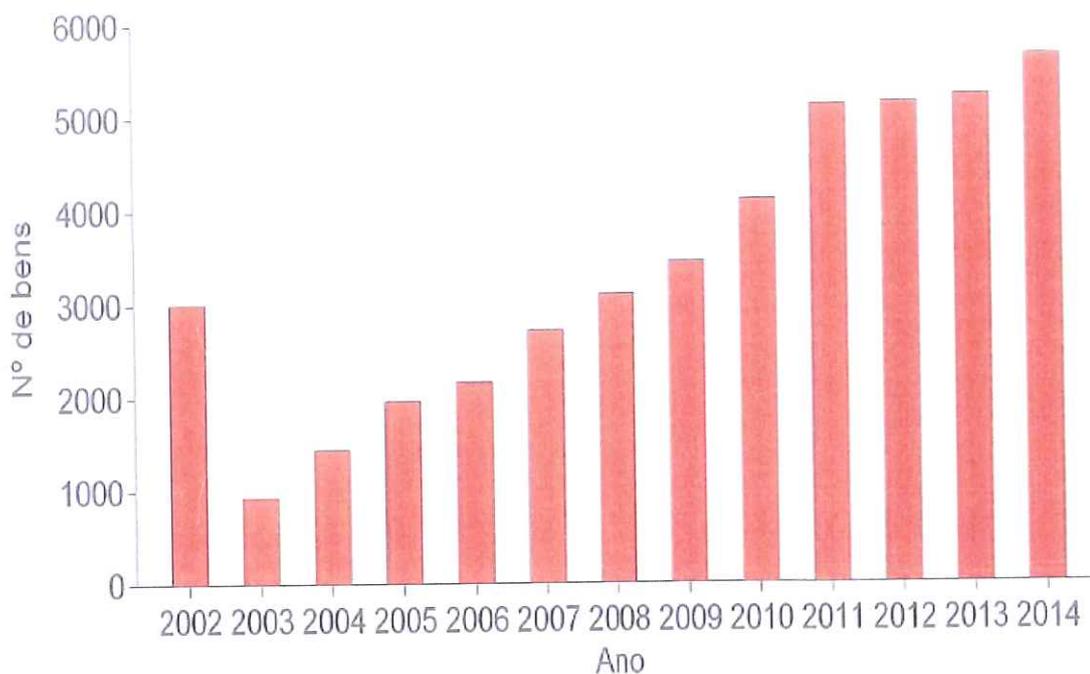
Rubricas		Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De Bens de domínio público		485			
Terrenos e recursos naturais	4851	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	4852	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infra-estruturas	4853	12.693.411,49	2.034.865,24	0,00	14.728.276,73
Bens do património histórico, artístico e cultural	4855	30,15	30,15	0,00	60,30
Outros bens de domínio público	4859	4.603,34	4.603,34	0,00	9.206,68
		12.698.044,98	2.039.498,73	0,00	14.737.543,71
De Imobilizações incorpóreas		483			
Despesas de instalação	4831	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	4832	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e outros direitos	4833	53.689,36	10.041,06	0,00	63.730,42
		53.689,36	10.041,06	0,00	63.730,42
De Imobilizações Corpóreas		482			
Terrenos e recursos naturais	4821	19.567,00	16,75	0,00	19.583,75
Edifícios e outras construções	4822				
Edifícios	48221	26.935,38	20.961,86	0,00	47.897,24
Outras construções	48222	846.761,67	236.290,46	842,40	1.082.209,73
Equipamento básico	4823	2.242.443,25	245.592,30	18.700,54	2.469.335,01
Equipamento de transporte	4824	3.094.732,21	117.808,88	139.637,28	3.072.903,81
Ferramentas e utensílios	4825	1.071,36	357,12	0,00	1.428,48
Equipamento administrativo	4826	363.669,26	27.287,47	44.015,54	346.941,19
Taras e vasilhame	4827	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	4829	1.354,98	155,00	0,00	1.509,98
		6.596.535,11	648.469,84	203.195,76	7.041.809,19
De Investimentos em imóveis		481			
Terrenos e recursos naturais	4811	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções:	4812				
Edifícios	48121	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções	48122	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
De Investimentos Financeiros		49			
Partes de capital	491	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações e títulos de participação	492	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras:	495				
Depósitos em instituições financeiras	4951	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida pública	4952	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	4953	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00

- o No gráfico seguinte evidencia-se o aumento de amortizações relativamente aos anos anteriores, o que significa também um aumento de investimento.

Município de Pampilhosa da Serra

Amortizações por ano

Nº de amortizações por ano



Relativamente às Demonstrações Financeiras evidenciadas anteriormente, o Quadro seguinte dá-nos uma perceção mais particularizada sobre as variações do Ativo Bruto:

Ano: 2014

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/ Ajustam.	Aumentos	Alienações	Sinistros+Abates+ Transf.	Saldo Final
De Bens de domínio público						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infra-estruturas	39.874.932,07	0,00	0,00	0,00	4.087.885,94	43.962.818,01
Bens do património histórico, artístico e cultural	4500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.500,00
Outros bens de domínio público	92.066,83	0,00	0,00	0,00	0,00	92.066,83
Imobilizações em curso	7.238.130,96	0,00	1.004.733,61	0,00	-4.462.548,17	3.780.316,40
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	47.209.629,86	0,00	1.004.733,61	0,00	-374.662,23	47.839.701,24
De Imobilizações incorpóreas						
Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e outros direitos	62.361,87	0,00	13.213,45	0,00	0,00	75.575,32
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	62.361,87	0,00	13.213,45	0,00	0,00	75.575,32
De Imobilizações Corpóreas						
Terrenos e recursos naturais	680.187,89	0,00	68.105,00	0,00	0,00	748.292,89
Edifícios e outras construções	6.722.186,36	0,00	12.000,00	1403,95	1.413.060,93	8.145.843,34
Equipamento básico	3.302.431,47	0,00	222.489,38	0,00	-20.805,47	3.504.115,38
Equipamento de transporte	3.583.654,79	0,00	208.227,73	139.637,28	0,00	3.652.245,24
Ferramentas e utensílios	2.812,27	0,00	0,00	0,00	0,00	2.812,27
Equipamento administrativo	435.741,16	0,00	26.432,64	0,00	-44.368,08	417.805,72
Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	7.252,76	0,00	0,00	0,00	0,00	7.252,76
Imobilizações em curso	2.275.980,86	0,00	505.545,63	0,00	-1.038.398,70	1.743.127,79
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	17.010.247,56	0,00	1.042.800,38	141.041,23	309.488,68	18.221.495,39
De Investimentos Financeiros						
Partes de capital	141.137,42	0,00	0,00	0,00	0,00	141.137,42
Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos em imóveis						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Depósitos em instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	241.137,42	0,00	0,00	0,00	0,00	241.137,42

➤ RÁCIOS

A atividade de um Município tem aspetos particulares e distintos de uma qualquer Empresa. Enquanto as Empresas transformam e/ou comercializam bens ou prestam serviços, com o objetivo em obter lucro, a atividade dos Municípios está centralizada em satisfazer as necessidades dos Munícipes e desta forma aumentar o bem-estar público.

Nestes termos, com as necessárias adaptações, ajustamos alguns indicadores Financeiros ao Município.

INDICADORES PARA CONCLUSÃO DA ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

➤ Rácios de Estrutura das Receitas e Estrutura das Despesas

Rácios	2012	%	2013	%	2014	%
Impostos, Taxas	415.127,71		510.104,45		555.253,45	
Receitas Correntes	6.888.160,35	6,03%	8.142.901,47	6,26%	9.067.840,22	6,12%

- Os impostos representam cerca de 6,14% (Média) das Receitas correntes nos últimos 3 anos.

Rácios	2012	%	2013	%	2014	%
Transf Correntes Desp	897.443,03		1.204.646,88		1.461.955,66	
Receitas Correntes	6.888.160,35	13,03%	8.142.901,47	14,80%	9.067.840,22	16,12%

- Este quadro mostra o peso das Transferências Correntes da Despesa nas Receitas Correntes, ao longo dos últimos 3 anos.

Rácios	2012	%	2013	%	2014	%
<u>Transf. Capital</u>	<u>261.000,00</u>	6,07%	<u>246.293,19</u>	11,40%	<u>246.293,19</u>	12,90%
Receitas de Capital	4.300.270,67	-	2.161.510,74		2.161.510,74	

- Este quadro mostra o peso das Transferências de Capital nas Receitas de Capital.

Rácios	2012	%	2013	%	2014	%
<u>Receitas Correntes</u>	<u>6.888.160,35</u>	61,56%	<u>8.142.901,47</u>	78,96%	<u>9.067.840,22</u>	89,68%
Receitas Totais	11.190.841,02		10.313.498,54		10.110.916,79	

- Neste quadro constata-se o peso que as Receitas Correntes têm nas Receitas Totais da Autarquia.

Rácios	2012	%	2013	%	2014	%
<u>Receita Total</u>	<u>11.190.841,02</u>	99,61	<u>10.313.498,54</u>	96,03	<u>10.110.916,79</u>	100,69
Despesa Total	11.234.614,02		10.740.628,52		10.041.766,93	

- Este Rácio indica-nos a cobertura das despesas pelas receitas.

Rácios	2012	%	2013	%	2014	%
<u>Pessoal</u>	<u>2.361.234,41</u>	34,28	<u>2.500.297,36</u>	30,71	<u>2.467.325,25</u>	27,21
Receitas Correntes	6.888.160,35		8.142.901,47		9.067.840,22	

- Os custos com o Pessoal têm um peso indicativo sobre as Receitas Correntes.

Rácios	2012	%	2013	%	2014	%
<u>Transf. Correntes</u>	<u>8.974.43,03</u>	13,32	<u>1.204.646,88</u>	16,54	<u>1.461.955,66</u>	19,15
Despesas Correntes	6.740.810,98		7.282.992,42		7.635.744,76	

- De forma geral o peso das Transferências Correntes em relação às despesas correntes, têm-se mantido na casa dos 13% a 20%, caracterizando-se pela regularidade.

Rácios	2012	Valor	2013	Valor	2014	Valor
Empréstimos	<u>567.523,39</u>	14,93	<u>285.228,18</u>	9,79	<u>61.804,45</u>	3,01
Investimento	3.800.985,07		2.915.431,49		2.050.133,65	

- Peso dos empréstimos no Investimento de Capital.

APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Conforme verificado nas Demonstrações Financeiras, o RESULTADO LÍQUIDO APURADO EM 2014 foi de **(80.809,07)€**.

Nos termos do ponto 2.7.3, do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, o RESULTADO LÍQUIDO do exercício anterior deve ser transferido para a conta 59 "RESULTADOS TRANSITADOS". No caso do saldo desta conta ser positivo, o seu valor poderá ser repartido da seguinte forma: reforço do património, obrigatório até que o valor contabilístico da conta 51 "PATRIMÓNIO" corresponda a 20% do ativo Líquido, e constituição ou reforço de Reservas. Por outro lado, o ponto 2.7.3.5 do Pocal, explicita que a conta 571 "RESERVAS LEGAIS" deverá ser reforçada anualmente no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Sendo o Resultado Líquido negativo no montante de 80.809,07€, não haverá lugar à distribuição de resultados, nos termos supra mencionados, pelo que o mesmo será integralmente transferido para a conta 59-Resultados Transitados.